

**LUÍS HENRIQUE DE FREITAS CALABRESI**

**A FORMAÇÃO SUPERIOR EM DIREITO NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal de  
São Carlos, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>  
Marisa Bittar

**São Carlos**

**2008**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C141fs

Calabresi, Luís Henrique de Freitas.

A formação superior em Direito na obra de Machado de Assis / Luís Henrique de Freitas Calabresi. -- São Carlos : UFSCar, 2009.

65 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2008.

1. Educação. 2. História da educação. 3. Assis, Joaquim Maria Machado de, 1839-1908. 4. Direito. I. Título.

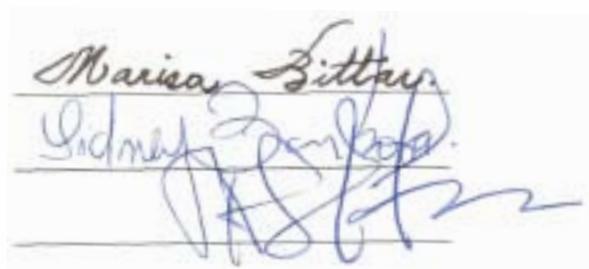
CDD: 370 (20<sup>a</sup>)

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marisa Bittar

Prof. Dr. **Sidney** Barbosa

Prof. Dr. Amárico Ferreira **Junior**



Handwritten signatures of Marisa Bittar, Sidney Barbosa, and Amárico Ferreira Junior on a document. The signatures are written in blue ink on a white background with horizontal lines.

*"Whatever I had within me that was romantic and dreamy, was encouraged by so much storytelling in the dark"*

Charles Dickens

*"Nada se emenda bem nos livros confusos, mas tudo se pode meter nos livros omissos. Eu, quando leio algum desta outra casta, não me aflijo nunca. O que faço, em chegando ao fim, é cerrar os olhos, e evocar todas as coisas que não achei nele. Quantas idéias finas me acodem então! Que reflexões profundas! Os rios, as montanhas, as igrejas que não vi nas folhas lidas, todos me aparecem agora com as suas árvores, os seus altares, e os generais sacam das espadas que tinham ficado na bainha, e os clarins soltam notas que dormiam, e tudo marcha com uma alma imprevista. É que tudo se acha fora de um livro falho, leitor amigo. Assim preencho as lacunas alheias; assim podes também preencher as minhas."*

Machado de Assis

*"Sabei que não há nada de mais nobre, de mais forte, de mais são e de mais útil na vida que uma boa recordação, sobretudo provindo da juventude, da casa paterna. Falam-vos muito de vossa educação; ora, uma recordação santa, conservada desde a infância, é talvez a melhor educação. Se fazemos provisão de tais recordações para a vida, salvamo-nos definitivamente. E mesmo que só guardamos no coração uma boa recordação, isto poderá servir um dia para nos salvar."*

Dostoievski

*Dedico esta dissertação à minha mãe, Deucélia, à minha avó, Ana de Lourdes, e aos meus irmãos Ana Flávia e Marcos Felipe, por seus exemplos de dignidade, humildade, carinho, perseverança, lealdade e amor.*

*À minha noiva Luciana, minha amada companheira, que ilumina minha vida e me torna uma pessoa sempre melhor.*

*À memória de meu pai, Roque, e à de meu tio José Afonso, exemplos de simplicidade, sabedoria, respeito e dedicação ao próximo.*

*Vocês todos são meus grandes educadores.*

## **Agradecimentos**

Agradeço a Deus em primeiro lugar, pelo dom da vida e pela oportunidade de realizar este trabalho acadêmico, pelo qual tenho tanto apreço.

À minha orientadora, professora Dr<sup>a</sup> Marisa Bittar, que corajosamente acreditou que eu conseguiria alcançar mais este objetivo acadêmico. Sou imensamente grato a ela por seu empenho em me ajudar, seu zelo acadêmico, seu enorme bom senso e sua presença amiga.

À minha família, especialmente à minha mãe, meu saudoso pai, minha avó e meus irmãos, pessoas maravilhosas, que sempre se preocuparam muito comigo, e cujo apoio foi certamente indispensável para a realização de mais esta etapa em meus estudos. Sou eternamente grato a vocês.

À minha querida noiva Luciana, que está ao meu lado em todos os momentos, que sempre entendeu minhas dificuldades com muita paciência e amor e me encorajou para seguir em frente com seus sábios conselhos.

Ao meu tio José Afonso Calabresi, uma pessoa extremamente generosa e dotada de uma dedicação à docência ímpar, que me acolheu em minha chegada a São Carlos e deixou muitas saudades em todos que o conheceram.

Aos professores Doutores Amarílio Ferreira Júnior e João Virgílio Tagliavini, membros de minha banca no Exame de Qualificação, que me brindaram e acolheram com minuciosas e construtivas sugestões. Ambos demonstraram um interesse muito grande em colaborar com o aperfeiçoamento do meu trabalho, pelo que sou lhes grato.

Ao professor Dr. Sidney Chalhoub, que me recebeu em uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP, e contribuiu para este trabalho de modo marcante, especialmente por ocasião do seminário sobre *Dom Casmurro* que preparamos e apresentamos "em parceria".

A todos os professores do curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação da UFSCar, que têm grande participação na minha formação.

Aos amigos Gabriel Leopoldino dos Santos e Ian Newby, pelas longas e extremamente proveitosas discussões sobre estudos literários, educação e música. Certamente aprendi muito em nossos debates.

Ao amigo de longa data, Jurandyr de Oliveira, da área de Psicologia da UNESP de Bauru, pelas conversas, via internet, nas quais compartilhamos as alegrias e as dificuldades em sermos mestrandos.

Ao amigo Reginaldo Copete pelas conversas - em português e em inglês - muito animadas em árduas madrugadas de escrita desta dissertação na Secretaria de Informática da UFSCar - SIN, que me deram altas doses de ânimo e de disposição.

Para encerrar, gostaria de manifestar meu enorme agradecimento a todos os meus colegas e alunos da Cultura Inglesa de São Carlos, que conviveram comigo durante toda a minha trajetória no curso de mestrado. Eles me proporcionaram muitos momentos de alegria, descontração, companheirismo, compreensão e crescimento profissional e pessoal.

## Resumo

A produção literária de Machado de Assis está intimamente relacionada à sociedade de seu tempo e pode trazer grandes contribuições para a compreensão do Brasil do século XIX. Nesta dissertação utilizamos a obra machadiana dentro da área da História da Educação. Analisamos a formação superior em Direito durante o século XIX por meio dos romances *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. A escolha da formação em Direito justifica-se pela predominância que este curso atingiu naquele momento histórico. A opção pelos romances machadianos citados acima deveu-se à caracterização de ambos os narradores, Dom Casmurro e Brás Cubas, como bacharéis em Direito e pelas várias referências a esta formação ao longo destas duas obras. Analisamos estes romances, tomando-os como nossas fontes primárias, levantando excertos pertinentes à nossa problemática e fazendo o entrecruzamento destes com estudos sobre o momento histórico em questão, trabalhos que abordaram especificamente a formação em Direito e também estudos críticos da obra de Machado de Assis. Encontramos em *Dom Casmurro* e em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* uma série de características da formação dos bacharéis brasileiros do século XIX, tais como o seu acesso restrito às elites, a busca de prestígio e diferenciação social em relação ao restante da população, e a ênfase em uma cultura livresca, humanista, desvinculada do mundo prático do trabalho - realizado pelos escravos - , que também era dotada de uma retórica bastante sofisticada e eloqüente em sua forma, articulada com vistas à ostentação, porém vazia em sua substância. A cultura das elites brasileiras, na qual o bacharelismo exercia um papel central, não estava relacionada ao progresso do país, mas sim à perpetuação da dominação destes mesmos grupos.

## Abstract

Machado de Assis's literary production is closely related to the society of its time and can contribute greatly to the understanding of XIX century Brazil. In this dissertation we used the works of Machado de Assis in the field of History of Education. We analysed the higher education in law during XIX century through the novels *Dom Casmurro* and *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. The choice of higher education in law justifies itself due to the predominance that this course achieved in that historical period. The choice of the Machado de Assis's novels mentioned above was due to the characteristics of its narrators, Dom Casmurro and Brás Cubas, as being law school graduates, and also because of several references to law studies throughout these works. We analyzed these novels as our primary sources, selecting excerpts related to our theme and comparing them with historical studies, law school studies and critical studies on Machado the Assis's works as well. We have found in *Dom Casmurro* and *Memórias Póstumas de Brás Cubas* several characteristics of the Brazilian higher education in law in the XIX century, such as its restricted access to the elites, the search for prestige and social differentiation in regard to the rest of the population; and the emphasis on a humanistic culture, disconnected from the practical world of work - done by the slaves -, which was also characterised by a highly sophisticated rhetoric and eloquence in its form, articulated in order to achieve ostentation, in spite of the fact that it was empty in terms of contents. The culture of the elites, in which the higher education in law played a central role, was not related to the progress of the country, but to the perpetuation of the these own groups oppression.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	1
Método e procedimentos de pesquisa.....	5
<b>Capítulo I</b> - O panorama histórico de <i>Dom Casmurro</i> e de <i>Memórias</i> <i>Póstumas de Cubas</i> .....	14
A alegoria política nas personagens de <i>Dom Casmurro</i> .....	24
<b>Capítulo II</b> - O surgimento do ensino superior no Brasil.....	28
<b>Capítulo III</b> - A formação em Direito nas obras <i>Dom Casmurro</i> e <i>Memórias</i> <i>Póstumas de Brás Cubas</i> .....	43
<b>Conclusão</b> .....	60
<b>Referências bibliográficas</b> .....	62

## Introdução

Durante meu curso de graduação em pedagogia na Universidade Federal de São Carlos, tive meu interesse despertado por um grupo de disciplinas chamadas de “Fundamentos da Educação”, que consistem na reflexão sobre a problemática educacional por meio de perspectivas históricas, filosóficas, sociológicas e políticas, pois acreditava, como continuo acreditando firmemente, que estas reflexões teóricas contribuem, e muito, para a formação dos professores. Durante a frequência a estas disciplinas, uma idéia começou a tomar forma em meu pensamento. Desde cedo, ao receber estímulos de minha mãe, cultivei o gosto pela literatura brasileira e universal. Seguindo o raciocínio segundo o qual a literatura também pode contribuir muito para a formação de professores, ocorreu-me uma possível articulação entre as perspectivas de educação e a literatura tendo em vista lançar luz sobre o fenômeno educacional. Em uma conversa com a professora de história da educação, Marisa Bittar, hoje minha orientadora, sugeri esta possibilidade e perguntei-lhe se tal proposta de pesquisa era viável, ao que ela respondeu afirmativamente. Algum tempo depois, após amadurecer um pouco mais esta idéia e passar por um período de iniciação científica em uma outra linha de pesquisa da educação, entrei em contato novamente com a professora Marisa, que me aceitou como orientando de iniciação científica. De um lado, o autor literário escolhido foi Machado de Assis, cujas obras me fascinaram desde a adolescência, por sua perspicácia, ironia e pela sutileza de sua narrativa, nas quais acreditava haver grande potencial para a investigação educacional; de outro lado, a história foi escolhida dentre as disciplinas de fundamentos da educação visto que esta era a especialidade de minha professora, e eu também me interessava bastante por esta disciplina.

Deste estudo inicial durante a graduação conseguimos uma publicação nos anais do XII Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de São Carlos, com o título de “A relação entre prestígio social e formação superior da elite brasileira na transição do século XIX para o século XX em Machado de Assis”.<sup>1</sup> Durante este período fiz um levantamento preliminar nos cinco romances da maturidade de Machado de Assis buscando excertos referentes à educação, encontrando-os em quantidade considerável, o que,

---

<sup>1</sup> CALABRESI, Luís Henrique de Freitas e BITTAR, Marisa. *A relação entre prestígio social e formação superior da elite brasileira na transição do século XIX para o século XX em Machado de Assis*.

juntamente com minhas primeiras leituras de autores que investigam a obra machadiana, instigou-me a continuar pesquisando esta temática em nível de mestrado, para ampliar a compreensão da área de história da educação e também meus horizontes como educador e como pessoa.

Após me graduar em pedagogia, estive um ano desvinculado da universidade, lecionando inglês em uma escola de idiomas. Durante este período, mantive contato com a professora Marisa e fomos amadurecendo uma proposta de pesquisa que se propunha a investigar os romances da maturidade de Machado de Assis em busca de concepções educacionais acerca da formação superior da elite brasileira, porém desta vez com mais profundidade. Após ser aprovado para o curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, iniciei meus estudos nas disciplinas do Programa e nas leituras relacionadas ao meu tema de pesquisa.

Cursei uma disciplina como aluno especial no Programa de Pós-Graduação em história da UNICAMP com o professor Sidney Chalhoub, um estudioso da obra machadiana. No decorrer do semestre apresentei um seminário “em parceria” com o professor Sidney sobre a obra *Dom Casmurro*. Este acontecimento foi muito marcante para mim, incluindo nossas reuniões de preparação do seminário, leituras, reflexão e apresentação. Durante este processo resolvi mudar um pouco minha proposta de pesquisa inicial do mestrado. Concluí que investigar os cinco romances da maturidade era uma ambição inviável para o estudo por limitações de tempo e também porque o livro *Dom Casmurro* apresenta um enorme potencial para a realização de minha investigação. A partir de então optei por ter este romance como minha fonte primária de pesquisa. Devido às características desta obra, que tem como narrador o próprio personagem Dom Casmurro, que conta sua história dos quatorze anos até a velhice, e é um advogado por formação, resolvi restringir a formação superior em geral para a formação em Direito, pois, como veremos ao longo deste estudo, o Direito foi o curso universitário que granjeou maior importância no Brasil do século dezanove.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Em relação às fontes, mantive a referência aos motivos da escolha de *Dom Casmurro* como a única fonte, pois esta foi a disposição inicial. No decorrer de meus estudos de mestrado, durante o Exame de Qualificação, por sugestão dos membros da banca, optei por realizar alterações nas fontes. Essas alterações fundamentais serão tratadas detalhadamente no próximo item, denominado *Método e procedimentos de pesquisa*.

A etapa seguinte foi a realização do levantamento de estudos semelhantes, ou seja, que relacionassem obra machadiana e educação. Fizemos uma busca em programas de pós-graduação e numa página da internet dedicada a Machado de Assis,<sup>3</sup> criada pela Academia Brasileira de Letras, onde pode-se encontrar uma extensiva lista de teses acadêmicas sobre este autor. Porém, encontramos aí poucos estudos com a mesma temática. O primeiro estudo encontrado data de 1999, e foi escrito pelo membro da Academia Brasileira de Letras Arnaldo Niskier<sup>4</sup>, professor titular aposentado de História e Filosofia da Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O texto de Niskier, intitulado *O olhar pedagógico em Machado de Assis*, propõe-se a fazer um compêndio de referências educacionais dentro da obra machadiana e traz em sua apresentação observações bastante relevantes para esta pesquisa. O autor, ao questionar se já havia estudado tudo sobre a obra de Machado de Assis, afirma que ainda não foram estudados os aspectos educacionais desta obra. Considerando que ensaístas e educadores dispõem de amplo material para pesquisa da obra machadiana, a qual, apesar de não conter uma orientação especificamente educacional, apresenta grande quantidade de alusões a esta área do conhecimento.

Nesta obra, Niskier, num primeiro momento, realiza um levantamento sobre o posicionamento de Machado de Assis em relação a uma série de aspectos educacionais distribuídos por suas obras, tais como a educação da mulher, a valorização do mestre, a defesa da língua vernácula, concepções acerca da escola, entre outros temas pedagógicos. Num segundo momento, o autor expõe um dicionário pedagógico, por meio do qual foi realizado um compêndio de excertos da obra machadiana relativos à problemática educacional.

No prefácio deste mesmo estudo, escrito por Antonio Olinto, outro membro da Academia Brasileira de Letras, lê-se que a pesquisa de Niskier foi dotada de caráter pioneiro, pois revela um novo Machado de Assis e abre outros horizontes para que outros pesquisadores sigam este caminho de pesquisa.

---

<sup>3</sup><http://www.machadodeassis.org.br>. Acesso em 20 de março de 2008.

<sup>4</sup> NISKIER, Arnaldo. *O olhar pedagógico em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1999.

Encontramos também um estudo publicado no mesmo ano, chamado “Violência nas primeiras letras: a escola num conto de Machado de Assis”<sup>5</sup>. Nesse artigo, os autores realizam um estudo de história da educação, concluindo, por meio de suas análises, que a educação brasileira até o século XIX era baseada em práticas autoritárias, e relacionam a violência na sociedade e na escola aos privilégios de uma classe.

O terceiro estudo encontrado trata-se da tese de livre-docência de Maria Elizabeth Xavier,<sup>6</sup> professora da Faculdade de Educação da UNICAMP. Sua tese, que tem como título *A educação da sociedade brasileira: um exame das concepções e das práticas educacionais na produção literária nacional (1840 - 1920)*, investiga as concepções e práticas educacionais na produção literária de quinze autores brasileiros entre os anos de 1840 a 1920, entre eles Machado de Assis, Lima Barreto, José de Alencar. A autora afirma que esta produção literária está repleta de alusões à educação do período. Em suas palavras:

Essa produção apresenta um potencial particular para o estudo da história da nossa educação, como fonte de informações sobre as concepções e o papel social atribuído à educação, e sobre a prática do ensino na época, nos seus diferentes níveis e modalidades. As fontes documentais convencionalmente utilizadas na área são bastante limitadas.<sup>7</sup>

Xavier, em suas análises, enumera três eixos principais, o da doutomania e o mito da escolaridade, que retomaremos ao longo desta dissertação; a formação feminina e o mito da incapacidade popular; e, por fim, a prática do ensino e o magistério. É fundamental destacar que esta tese de Xavier foi minha leitura inicial relativa à temática de Machado de Assis e educação enquanto cursava graduação em pedagogia, e a partir de então pude desenvolver meus estudos até chegar à presente dissertação de mestrado.

---

<sup>5</sup> GARCIA, Sílvia Craveiro Gusmão e SILVA, Antonio Manoel dos Santos. Violência nas primeiras letras: a escola num conto de Machado de Assis. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. vol. 3, nº 5, 1999.

<sup>6</sup> XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. *A educação da sociedade brasileira: um exame das concepções e das práticas educacionais na produção literária nacional (1840 - 1920)*. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Educação - UNICAMP, Campinas, 2002.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p.1

## Método e procedimentos de pesquisa

Nesta introdução também gostaria de fazer algumas considerações a respeito de nossa posição e do caminho que escolhemos para conduzir esta pesquisa.

Celso Furtado, em um texto dedicado a Machado de Assis, afirmou que “As singularidades do imaginário de Machado de Assis são reflexos fragmentados do horizonte histórico de sua época”.<sup>8</sup> Em consonância com a proposição de Furtado e de vários outros estudiosos da obra machadiana, tais como Astrojildo Pereira, Raymundo Faoro, Roberto Schwarz, John Gledson, Sidney Chalhoub, entre outros, acreditamos que as produções literárias de Machado de Assis possuem uma relação muito estreita com o período histórico no qual este autor viveu.

Astrojildo Pereira,<sup>9</sup> o fundador do Partido Comunista Brasileiro, foi o primeiro crítico a realizar um estudo de caráter materialista e dialético acerca da obra do *Bruxo do Cosme Velho*. Escrevendo num período em que grande parte da crítica machadiana caracterizava esta obra como absentéista e alienada em relação à realidade brasileira, Pereira tem como mote central reunir e articular evidências que provem o contrário, enfatizando a forte nacionalidade e o engajamento desta obra. Este crítico defende que Machado de Assis foi um escritor que esteve fortemente ligado à vida política e social do Segundo Reinado, identificando em sua produção literária uma presença constante de crítica política. Outro argumento apresentado para contradizer a tese do absentéismo machadiano refere-se ao conceito de “romancista psicólogo” atribuído a este escritor, que faz representações de grupos sociais mais amplos por meio de personagens ficticiais, numa espécie de alegoria social.

O crítico marxista também refere-se a um artigo do próprio Machado de Assis, chamado “Instinto de Nacionalidade”, que foi posteriormente retomado por vários outros críticos em seus ensaios, e é considerado uma referência na tese da brasilidade da produção literária machadiana. Nesse artigo, Machado afirma que “O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu País,

---

<sup>8</sup> FURTADO, Celso. *O longo amanhecer*: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959. p. 103.

<sup>9</sup> PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”<sup>10</sup> Comentando este artigo, Pereira propõe que Machado de Assis, ao tratar de temas universais, era mais nacional do que os escritores românticos, pois este, ao invés de retratar a paisagem, retratava o homem brasileiro.

Por meio de uma análise bastante ampla, Raymundo Faoro, em sua obra *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, investiga por uma vertente weberiana as estruturas sociais brasileiras na transição do Império para a República por meio da análise das personagens deste autor. Ele destaca o conflito, muitas vezes velado, entre o estamento em lento declínio e a classe, ou a burguesia, que emergia das entranhas do mesmo.<sup>11</sup>

Roberto Schwarz, em seu estudo “Ao vencedor as batatas”, afirma que a prosa literária de Machado de Assis condensa a estrutura da sociedade brasileira do Império. Em suas palavras “(...) ao contrário do que geralmente se pensa, a matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve sua existência.”<sup>12</sup> Como base da produção machadiana estariam as contradições das “idéias fora de lugar”, ou seja, a importação e imposição de padrões culturais da Europa no Brasil, situado na periferia do capitalismo, e as distorções resultantes, juntamente com as relações de favor, temas que serão retomados no capítulo primeiro.

O crítico literário inglês John Gledson, em seus estudos acerca dos romances, contos e crônicas machadianas, destaca o processo histórico juntamente a aspectos sociais como chaves para a compreensão destes textos literários.

O historiador social Sidney Chalhoub, afirma com veemência em seus textos críticos que Machado de Assis foi um homem de seu país e de seu tempo, que escreveu e reescreveu a história do país em seus escritos literários. De acordo com a perspectiva de Chalhoub, não existe hierarquização de fontes para a investigação histórica, o que significa que, se por um lado, o texto literário não é dotado de uma “aura misteriosa” que “transcende” sua época ou que ocupe um patamar mais elevado em relação a outros registros históricos; por outro lado, o caráter ficcional de um texto literário não limita ou

---

<sup>10</sup> ASSIS, Machado de. *apud* PEREIRA, Astrojildo, op. cit., p. 69

<sup>11</sup> FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 6ª ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1985. v.2.

<sup>12</sup> SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000. p 31

impossibilita sua capacidade de revelar verdades históricas acerca da realidade que representa. De acordo com suas palavras:

“Duas observações são pertinentes neste contexto. Primeiro, a questão central não é o caráter manifestamente ficcional ou não de determinado testemunho histórico, mas a necessidade de destrinchar sempre a especificidade de cada testemunho. Assim, por exemplo, ao historiador resta descobrir e detalhar com igual afincamento tanto as condições de produção de uma página em livro de atas, ou de um depoimento em processo criminal, quanto as de um conto, crônica ou outra peça literária. Cabe o mesmo interrogatório sobre as intenções do sujeito, sobre como este representa para si mesmo a relação entre aquilo que diz e o real, cabe desvendar aquilo que o sujeito testemunha sem ter a intenção de fazê-lo, investigar as interpretações ou leituras suscitadas pela intervenção (isto é, a obra) do autor; enfim, é preciso buscar *a lógica social do texto*. O bê-á-bá do ofício de historiador social é o mesmo, na análise da fonte literária, parlamentar, jornalística, jurídica, iconográfica, médica, ou seja lá o que mais.”<sup>13</sup>

Portanto, de acordo com esta abordagem, as fontes não se classificam entre si em termos hierárquicos. O aspecto mais relevante ao trabalho com fontes é a adequação das questões do investigador às características de cada fonte. Em relação às características das fontes literárias, Chalhoub e Pereira propõem questões como:

“De que literatura se está falando? Quais suas características? Como determinado autor – ou ‘escola’ – concebe sua arte? Este parece ser um ponto de partida obrigatório para esclarecer o estatuto de uma obra literária como testemunho histórico.”<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs.) *A História contada: capítulos da história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 8

<sup>14</sup> *Ibid.* p. 8

Deste modo, atribui-se importância à inserção de autores literários em seus processos históricos e as análises concentram-se no sentido destes textos em relação ao que significaram para sua época, para seus contemporâneos, ao invés de focar seu significado para gerações posteriores ou antecipações artísticas.

Ao contrário de discussões idealistas e abstratas acerca das relações entre literatura e história, Chalhoub, em um artigo em que analisa uma série de crônicas machadianas, afirma que “o argumento se resolve na empiria, na análise interna da série e de cada texto dentro da série, no entrecruzamento de fontes, no alinhavar dos nexos entre os assuntos – enfim, na articulação do discurso de demonstração e prova.”<sup>15</sup>

Esta foi a perspectiva escolhida por nós para conduzir este estudo. Por meio dela utilizamos o texto machadiano como nossa fonte empírica, submetendo-o ao nosso interrogatório, “buscando a lógica social do texto”, “entrecruzando fontes”, “alinhavando nexos entre os assuntos” e “articulando um discurso de demonstração e prova”.

Para começar a responder ao nosso interrogatório, tendo em vista a importância de se investigar o tipo de literatura que estamos lendo, é relevante tecermos considerações a respeito do fato de que as obras que estamos analisando neste trabalho, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, situam-se no gênero literário do romance. Schüller afirma que o romance “nasce como testemunha do processo de declínio de um período, a Idade média”.<sup>16</sup> Em oposição à rigidez e abstração medieval, este novo gênero literário traz consigo a marca da transformação. Abandonando as sagas cavaleirescas repletas de ideais nobres, a edificação piedosa e os embates contra dragões e outros seres fantásticos, o romance passa a fazer referência ao indivíduo e a seus conflitos cotidianos e interiores, numa perspectiva individualista e burguesa. Acerca do romance *Dom Quixote*, Schüller considera que:

O *Dom Quixote*, de Cervantes, foi o primeiro romance de envergadura, aparecendo numa época em que os ideais cavaleirescos se tornaram inviáveis. A realidade concreta recusou os sonhos da cavalaria andante.

---

<sup>15</sup> CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos da história social da crônica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 70

<sup>16</sup> SCHÜLER, Donaldo. *Teoria do romance*. São Paulo: Ed. Ática, 1989. p. 5

A exigência de homens práticos como Sancho repelia Dom Quixote com seus sonhos.<sup>17</sup>

Passando a uma de nossas obras, *Dom Casmurro*, citaremos o esclarecedor estudo de Gledson, intitulado "Machado de Assis: impostura e realismo", para conceituar como entendemos este romance em termos literários. O crítico inglês afirma que:

(...) este livro almeja mudar a perspectiva do leitor, e revelar *Dom Casmurro* como romance realista na concepção e no detalhe, cujo objetivo é nos proporcionar um panorama da sociedade brasileira do século XIX. Não se trata de uma proposição acadêmica sobre a natureza de *Dom Casmurro*, sobre movimento literário a que se filia: antes, julgo que, expondo de maneira engenhosa e consistente, e em quantos pormenores o romance revela verdades de todos os tipos acerca de dinheiro, religião, sexo, família, classe, política, relações pessoais, sobre o uso da linguagem, da imagem, da metáfora, e assim por diante, *Dom Casmurro*, exemplifica muito mais do que se pensa, o princípio realista de que só podemos alcançar as verdades gerais se estivermos dispostos a nos empenhar por inteiro no particular. Foi o que Machado fez em cada nível desse romance - acima de tudo, fê-lo na própria linguagem que utiliza para a narrativa. Para apreciar o romance, e examiná-lo na maior amplitude possível, creio que precisamos compreender esse fato.<sup>18</sup>

Portanto, concordamos com Gledson que a obra *Dom Casmurro* está intimamente relacionada ao processo histórico no qual foi produzida e ao qual faz referência. E para se alcançar o sentido histórico contido na obra literária machadiana, reafirmamos a importância do interrogatório cuidadoso da fonte, como mencionado anteriormente, visto que "(...) a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da "matéria" social que representa e sobre a qual interfere."<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> *Ibid.* p. 6

<sup>18</sup> GLEDSON, John. *Machado de Assis - impostura e realismo: uma reinterpretação de Dom Casmurro*. Tradução Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 7

<sup>19</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 92

Conduzimos nossos estudos conforme indicamos acima. Ao chegarmos no Exame de Qualificação, que consideramos um momento extremamente rico, os professores Drs. João Virgílio Tagliavini e Amarílio Ferreira Junior brindaram-nos com uma discussão minuciosa de uma série de questões acerca de nosso estudo. Ambos professores fizeram várias sugestões bastante pertinentes, que trouxeram inúmeras contribuições para esta dissertação. Eu me senti particularmente acolhido durante o Exame de Qualificação, pois percebi nos membros da banca uma grande preocupação em analisar criticamente meu texto e apontar caminhos para o seu aprimoramento. Durante o tempo que tive entre o exame de qualificação e a finalização desta dissertação para a defesa, considerei muito cuidadosamente as sugestões dos professores. Uma boa parte delas foi incorporada, acrescentaram vários elementos novos às nossas análises e também mudando um pouco o rumo de nossa investigação. Gostaria de destacar aqui que mesmo as sugestões que não foram incorporadas foram singularmente importantes, pois me fizeram retomar minhas escolhas teóricas e reafirmá-las com maior vigor ainda.

Entre as sugestões incorporadas, gostaria de enfatizar as valiosas indicações de bibliografia do professor João Virgílio, com vistas à compreensão mais ampla da formação em Direito no século XIX. As obras recomendadas, *Literatura e direito*: uma outra leitura do mundo das leis, de Eliane Junqueira, *O ensino jurídico no Brasil*, de Aurélio Bastos, *O direito na história*: lições introdutórias, de José Reinaldo Lopes, e especialmente *Os aprendizes do poder*: o bacharelismo liberal na política brasileira, de Sérgio Adorno, contribuíram enormemente para a elaboração do capítulo II desta dissertação. Ainda em relação à formação dos bacharéis, sou muito grato ao prof<sup>o</sup> Amarílio pela recomendação e empréstimo da obra *Um Estadista no Império*, de Joaquim Nabuco.

Outra sugestão, apresentada pelo Prof<sup>o</sup> Amarílio, dizia respeito à importância de se incluir, no capítulo III, excertos retirados de outros romances de Machado de Assis, notadamente dos cinco romances da maturidade deste escritor. Segundo a proposta deste professor, meu estudo deveria estar centrado na formação em Direito no século XIX, com ênfase para os capítulos I e II da dissertação, sendo que os excertos das obras de Machado de Assis entrariam no terceiro capítulo com o objetivo de ilustrar elementos que já haviam

---

Este trecho é um comentário de Chalhoub acerca do posicionamento de Machado de Assis a propósito da polêmica em que este se envolveu com o escritor português Eça de Queiroz

sido demonstrados nos capítulos anteriores. Nesta perspectiva, para utilizar suas palavras, os textos machadianos seriam “a cereja do meu bolo”. Ele argumentou que uma obra de literatura, por seu *status* de arte, não pode ser tomada como uma outra fonte qualquer, pois ela é dotada de propriedades artísticas. Outra característica importante da proposta do professor Amarílio foi a possibilidade da citação de diferentes romances de Machado de Assis de modo contínuo, ou seja, sem a necessidade de estabelecimento de protocolos narrativos para cada romance.

Concordei com o prof<sup>o</sup> Amarílio em relação à inclusão de outros romances. Porém, após refletir minuciosamente, optei por proceder à sua inclusão de uma outra forma, diferente da sugerida pelo professor. Antes de expôr minhas divergências, preciso deixar claro que uma das coisas que aprendi de maneira mais veemente neste curso de mestrado foi a multiplicidade de percursos teóricos possíveis para se investigar um mesmo assunto. Portanto, a proposição sugerida pelo do prof<sup>o</sup> Amarílio é bastante válida. Entretanto, ela não se encaixa com minhas escolhas teóricas e com minha proposta. De acordo com a minha perspectiva, os textos de Machado de Assis são minhas fontes primárias, e não servem apenas para fornecer ilustrações ou confirmações do que já foi evidenciado antes. Não diminuindo absolutamente a importância dos dois primeiros capítulos, que exercem um papel certamente importante dentro desta dissertação e contribuíram muito para meu aprendizado, é justamente no capítulo III em que eu faço o meu trabalho de análise de fontes e discutir meus resultados. Portanto o capítulo III, dentro da minha proposta, é tão importante como os outros dois. Conforme eu afirmei anteriormente, resolvi tomar a literatura como fonte para estudos históricos, e reafirmo as idéias já levantadas neste tópico sobre a não hierarquização de fontes e da importância de se interrogar o texto literário com o mesmo “afinco” com o qual se interrogam processos criminais e atas de reuniões, por exemplo. Para isto é preciso interrogar a fonte literária com perguntas que levem em consideração suas características e atingir a lógica social do texto, independentemente do mesmo ser ficcional ou não, visto que este tipo de fonte é produzida objetivamente e situada em determinado processo histórico. Dentro da minha perspectiva, portanto, a incorporação da sugestão do prof<sup>o</sup> Amarílio sobre o trabalho com o texto de Machado de Assis descaracterizaria meu trabalho, pois, em meu ver, a proposta do prof<sup>o</sup> Amarílio, ao tratar a literatura com bastante respeito às suas propriedades artísticas, limita, e muito, suas

potencialidades quanto fonte para a história. Posso articular nesta discussão a fala do professor João Virgílio, que mencionou a falta de considerações em meu texto a respeito da caráter artístico da obra machadiana. A esta respeito, posso afirmar que já li inúmeros estudos que dedicam várias páginas em suas introduções ao tratar das relações entre literatura e sociedade, ou literatura e história, abordando uma série de atributos do texto literário, tais como sua “transcendência”, sua capacidade de tocar a essência, sua atemporalidade etc. Repito aqui que considero esses caminhos muito válidos, porém meu percurso é diverso. Não quero dizer que a literatura se esgote em suas referências externas e sociais, jamais - uma das riquezas da literatura está justamente em sua multiplicidade de interpretações -, mas como este estudo não se situa na área dos estudos literários, mas dos estudos históricos, que visa reconstruir um determinado panorama educacional em um determinado momento, minha opção é pelo uso da literatura como fonte, produzida objetivamente e passível de ser interrogada como fonte primária. Apesar de não pretender contestá-las, em meu estudo não vou realizar discussões que considero idealistas e essencialistas sobre as relações entre literatura e história.

Como consequência do papel que atribuo às minhas fontes, é fundamental que a articulação do meu interrogatório leve em consideração as especificidades de cada texto literário. Considerando que Machado de Assis, o autor, construía narradores para seus romances com características bastante diversas, e estes narram suas histórias a partir de um ponto de vista social particular, é imprescindível o estabelecimento de protocolos narrativos para cada obra, para que se consiga entendê-la dentro de seu contexto próprio e se penetre seu conteúdo. Tomar romances com narradores construídos de maneira diversa, na perspectiva que decidi adotar, pode acarretar sérios problemas de interpretação histórica.

Deste modo, aceitei a sugestão da incorporação de mais romances, porém incluindo seus respectivos protocolos narrativos, e tomando-os como minhas fontes primárias. Incluí o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, cujo narrador também é um bacharel em Direito.

Feitas estas considerações iniciais, passaremos para os capítulos desta dissertação. No primeiro abordamos o momento histórico referente à vida de Machado de Assis e no qual as obras *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, objetos de análise deste nosso estudo. Com o objetivo de contribuir para a compreensão das mediações

históricas do Brasil do século XIX, concluímos o capítulo primeiro com uma exposição da alegoria política das personagens em *Dom Casmurro*.

No segundo capítulo discutimos o surgimento do ensino superior no Brasil no século XIX, os cursos que o compunham, e o papel deste nível de ensino para o império; e em seguida nos detivemos-nos ao ensino de Direito.

No terceiro capítulo analisamos a formação em Direito em nossas fontes, as obras *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* estabelecendo comparações tanto com a produção da história da educação quanto com a crítica machadiana pertinente à temática deste estudo.

## Capítulo I - O panorama histórico de *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*

No primeiro capítulo desta dissertação abordaremos o panorama histórico do período em que Machado de Assis viveu e produziu sua obra, seguida pela exposição da alegoria política em *Dom Casmurro*, uma das obras analisada neste estudo.

Furtado<sup>20</sup> procurou analisar o momento histórico no qual nosso autor compôs sua visão de mundo. Considerando que Machado de Assis nasceu em 1839 e faleceu no ano de 1908, o economista afirma que este autor viveu em dois momentos históricos distintos. Em sua juventude, Machado vivenciou o fim de um longo período de estagnação econômica que teve início no final do século XVII, após os ciclos de prosperidade do açúcar e do ouro e durou até a primeira metade do século XIX. Durante sua maturidade, o Brasil passou por uma série de transformações, tendo o café como novo propulsor da economia, como o surgimento de uma classe intermediária e o aumento da urbanização. Neste período, durante a segunda metade do século XIX, é que foram escritas as obras *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

No período da juventude de Machado, Furtado aponta o atraso da industrialização como uma das causas da estagnação econômica. O economista faz referência a uma série de elementos que levaram à industrialização tardia no Brasil. Entre eles estava o anacronismo da escravidão e a dificuldade na manutenção da unidade nacional, mantida pela preservação da monarquia. Durante a primeira metade do século XIX houve revoltas de caráter direta ou diretamente separatista em nove províncias, fazendo com que o governo gastasse altas somas para combatê-las. Estes gastos, juntamente com o empréstimo de 4,8 milhões de libras da Inglaterra por ocasião da independência em 1822, levaram a um grande endividamento externo.

Outro fator relacionado à estagnação do período refere-se aos acordos econômicos impostos a Portugal pela Inglaterra por ocasião da vinda da família real portuguesa ao Brasil. Esses acordos referiam-se aos *direitos de extraterritorialidade* e à *tarifa preferencial*, que afetavam duramente a arrecadação de impostos sobre importações, uma

---

<sup>20</sup> FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

ma das mais importantes fontes tributárias do governo brasileiro, e estenderam-se até a metade do século.

Na segunda metade do século XIX, após a retomada do controle tributário, o Brasil passou por uma série de transformações. O café surge como novo impulso para a economia nas províncias da região sudeste e o país supera o ciclo de estagnação econômica anterior. Ocorre, então, um aumento no processo de urbanização e de diversificação social, surgindo uma camada intermediária, que será o embrião da futura classe média. O trabalho assalariado começa a ganhar destaque e a escravidão acaba sendo superada após a vinda das correntes migratórias européias que forneceram mão de obra para as lavouras de café.

Furtado aponta para as altas taxas de crescimento do país nesta época, comparáveis às dos Estados Unidos e afirma que ocorre uma cisão entre as forças produtivas nacionais e o estilo de vida das classes altas. Os novos investimentos privilegiavam a sofisticação do modo de vida das classes dominantes, sem o acompanhamento do desenvolvimento da indústria nacional de base. O autor afirma que esse descompasso está na base do processo de subdesenvolvimento brasileiro.

Os dois estudos que analisamos neste estudo fazem referência a estes dois momentos históricos citados por Furtado. *Dom Casmurro* foi publicado em 1899, tendo como narrador o personagem homônimo, que conta sua história, que tem início em 1857, quando o protagonista estava com quatorze anos. Ao longo de sua vida, que percorre a segunda metade do século XIX, ocorrem transformações históricas que estão presentes na narrativa. Já as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em que também é narrada a vida do protagonista Brás Cubas, transita por estes dois momentos citados por Furtado, com a diferença que as *Memórias Póstumas*, apesar de terem início mais cedo, em 1801 e se encerrarem em 1869, com a morte de Brás Cubas, focalizam os seus acontecimentos entre os anos de 1840 e 1869.

A partir de agora descreveremos estes dois períodos e a transição entre eles por meio de obras de historiadores. O primeiro período mencionado por Furtado,<sup>21</sup> é caracterizado como o da estagnação econômica, que vai até a metade do século XIX. Neste

---

<sup>21</sup> FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

período observamos uma sociedade marcada pelos grandes latifúndios, a escravidão e a produção de gêneros primários para a exportação. A população brasileira dividia-se em latifundiários, escravos e uma classe intermediária, os homens livres, ou “dependentes”.

Segundo Faoro,<sup>22</sup> a grande propriedade servia como afirmação do poder da camada aristocrática, que predominava em todo o país. De acordo com Costa,<sup>23</sup> estas oligarquias, apesar de terem optado pelo regime monárquico em 1822, exerciam forte pressão sobre o governo central para concentrar o poder em suas mãos. Estes grupos de elite eram formados por fazendeiros e comerciantes, que compunham os quadros governantes e administrativos do Estado recém criado, tais como cadeiras no conselho de Estado, no senado, na câmara dos deputados, nas presidências das províncias e nos ministérios de Estado, e buscava títulos de nobreza. Uma grande parte dos membros desta oligarquia realizou seus estudos em Portugal, notadamente na Universidade de Coimbra, uma das melhores do mundo à época, e muitas vezes eram unidas por laços de parentesco.

De acordo com o pesquisador brasilianista Robert Conrad,<sup>24</sup> apesar de o governo brasileiro da época ostentar com grandiosidade sua organização em uma monarquia parlamentar, um imperador sofisticado e uma legislatura bicameral, no interior das províncias o poder se concentrava nas mãos dos proprietários rurais.

A vitaliciedade do Senado, por exemplo, contribuiu para a permanência do mesmo grupo social nos quadros governantes.

Côncios da distância que os separava da grande maioria da população, empenhavam-se em manter a ordem e em limitar tendências democratizantes. Estavam também interessados em manter as estruturas tradicionais de produção, baseada na grande propriedade, na escravidão, na exportação de produtos tropicais.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988. v.2.

<sup>23</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999

<sup>24</sup> CONRAD, Robert. *The destruction of Brazilian slavery: 1850 - 1888*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1972.

<sup>25</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 57 - 58

Portanto, como vimos acima, estes grupos que assumiram o poder estavam empenhados na manutenção das mesmas relações econômicas de produção, baseadas nos latifúndios, na massiva utilização de mão-de-obra escrava e na exclusão das camadas populares do poder por meio do mecanismo do voto censitário, pela não extensão da cidadania aos índios e escravos, que constituíam uma porcentagem considerável da população.

Concentrando o poder, os grupos da elite mantinham ao redor de si uma enorme rede de dependentes, livres ou cativos, por meio do sistema de clientela, paternalismo e patronagem, que teve sua origem no período colonial e que intensificou a hegemonia das oligarquias sobre o restante da população. Neste contexto, as elites procuraram construir a figura paternalista do senhor generoso, ao qual os membros dos outros grupos sociais deviam sempre demonstrar gratidão. Dentro da visão senhorial, como demonstrou Chalhoub<sup>26</sup>, toda as movimentações dos dependentes são vistas como expansões da vontade do proprietário, num mundo aparentemente harmônico de relações verticais.

Porém, esta figura aparentemente e generosa bondosa escondia a brutalidade da autoridade senhorial, ou “inviolabilidade da vontade senhorial”, “que organiza e dá sentido às relações sociais que a circundam”.<sup>27</sup> Ao realizar a investigação histórica de romances de Machado de Assis, Chalhoub aponta para as relações entre senhores e dependentes, ressaltando a perspicácia dos dependentes, que eram capazes de apreender o pensamento senhorial e agiam estrategicamente para alcançar seus objetivos. Um bom exemplo da articulação dos dependentes dentro da visão de mundo paternalista encontra-se na análise do romance *Helena*, de Machado de Assis. Helena, a suposta filha bastarda do falecido conselheiro Vale, passou a morar na mesma casa de seu irmão Estácio, o herdeiro das prerrogativas senhoriais. Por trás da aparente complacência de Estácio, Helena sabe que ele não admitiria ser contrariado, ou que ela conduzisse sua vida fora de sua “generosidade protetora”, e não hesitaria em partir para a truculência e a rapina. Portanto, a jovem donzela lança mão do artifício de atribuir a Estácio alguma superioridade, como no caso em que ele queira andar a cavalo, mas para não pedir diretamente, sugere que seu irmão lhe dê aulas de

---

<sup>26</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>27</sup> *Ibid.* p. 20

equitação, ao que ele atende prontamente. Entretanto, ao montar o cavalo, Helena consegue cavalgar com extrema habilidade.

Em relação aos valores aristocráticos predominantes, de acordo com Costa, estavam a “desvalorização do trabalho manual, fenômeno típico de sociedades escravistas; culto ao lazer; espírito rotineiro; pouco apreço pelo processo tecnológico e científico; relações de dependência; família extensiva; tendência à ostentação.”<sup>28</sup>

O sistema escravista, deste modo, degradava o trabalho, especialmente o manual. Do ponto de vista dos brancos, aristocratas ou dependentes, o trabalho era ocupação dos negros, ou seja, de escravos, estando impregnado por uma aura aviltante. Por outro lado, na visão dos cativos, ao trabalho estavam incorporadas práticas de tortura e maus tratos, associando a idéia de liberdade à ausência do trabalho. Conforme destaca Costa, podemos observar que a escravidão não se restringiu a influenciar de maneira marcante o trabalho, como também as relações entre os homens:

Dessa forma, a escravidão ultrajava a idéia de trabalho, e, o que é ainda mais grave, degradava as relações entre os homens. Num regime escravista, o respeito mútuo necessário à verdadeira coesão social não existe. A lei consagra as distinções sociais, legitima-as e, quando procura garantir a classe oprimida, torna-se letra morta, ineficaz, burlada pelos interesses dominantes.<sup>29</sup>

Podemos observar que estes valores, juntamente com o sistema de clientelismo e patronagem, não contribuíram para o desenvolvimento de núcleos e valores burgueses europeus. Num Brasil majoritariamente agrário, os pequenos proprietários rurais e membros dos pequenos núcleos urbanos buscavam a proteção de latifundiários em troca de favores, formando redes de clientela.

Para Roberto Schwarz<sup>30</sup>, em seu texto “As idéias fora de lugar”, as peculiaridades da posição periférica do Brasil em relação ao centro do capitalismo, situado na Europa

---

<sup>28</sup>COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 239

<sup>29</sup>COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 15-16

<sup>30</sup>SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

ocidental, geraram distorções na implementação da ideologia liberal em nossas terras. Na Europa, o liberalismo pregava o trabalho assalariado e a universalidade dos princípios, elementos que por definição negavam a existência da escravidão e da prática do favor, de forma que o liberalismo foi incorporado ao discurso das elites como um verniz de modernidade que, entretanto, não era aplicado efetivamente.

Costa observa que as elites brasileiras lançaram mão da doutrina liberal para justificar suas pretensões separatistas contra o sistema colonial, sendo liberais em termos políticos, porém conservadores em aspectos econômicos, visto que as relações de favor eram uma característica entranhada na sociedade brasileira desde o período colonial e a escravidão era o nexu produtivo fundamental.<sup>31</sup>

Outra visão concernente ao papel do liberalismo no Brasil do século XIX é-nos apresentada pelo cientista político Sérgio Adorno. Este autor afirma que no Brasil imperial não houve dilema liberal, mas sim um dilema democrático, visto que o liberalismo, da maneira como foi preconizado pelas oligarquias, visava garantir as liberdades daqueles mesmos grupos. Este liberalismo, vinculado às liberdades, não tinha nenhuma relação, por mais que isto pareça algo confuso aos nossos olhos hodiernos, com os princípios de igualdade jurídica entre os grupos sociais brasileiros do período. Seguindo esta linha de pensamento entendemos que os defensores do liberalismo no Brasil faziam justamente oposição a quaisquer iniciativas de igualdade democrática, reafirmando a distinção social.<sup>32</sup>

As relações escravistas no Brasil perduraram por mais de trezentos anos, permanecendo intactas após a independência em 1822, que manteve as estruturas tradicionais de produção e a mentalidade senhorial. O escravo fazia todo o trabalho nas plantações dos latifúndios, e nas cidades eram empregados como “negros de ganho” ou “alugados”, executando ofícios urbanos tais como o de sapateiro, vendedor ambulante, alfaiate, entre outros. Nestes casos, o escravo saía pela manhã para desempenhar seus ofícios e ao fim do dia trazer a renda do trabalho para seus senhores sob a ameaça de terríveis castigos. A truculência desses castigos aplicados aos escravos e suas penas

---

<sup>31</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

<sup>32</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

condições de vida eram constantes e importantes para o funcionamento do sistema escravista em vigência no período.

“Mal nutridos, mal vestidos, minados pelas verminoses e pelas febres, pela tuberculose e pela sífilis, epidemias de varíola, cólera e febre amarela, que assolavam o país de tempos em tempos, submetidos a um intenso horários de trabalho que atingia dezesseis a dezoito horas diárias (incluindo o serão da noite), os escravos morriam em grande número.”<sup>33</sup>

Entretanto, no início do século XIX, com o avanço do capitalismo, países com desenvolvimento industrial, com destaque para a Inglaterra, começaram a combater a escravidão, considerando-a um obstáculo para a expansão de seus mercados. Em 1808, por ocasião da vinda da família real portuguesa ao Brasil houve comprometimento por parte do monarca português para extinguir o tráfico negreiro, o que, no entanto, não veio a acontecer. No episódio da independência em 1822 aconteceram novos acordos com a mesma temática que não se realizaram. No ano de 1831, a Inglaterra proclamou uma lei que proibiu o tráfico de escravos e declarou livres todos os escravos trazidos ao Brasil após este ano.<sup>34</sup>

Porém, os interesses econômicos dos latifundiários e a altíssima lucratividade do tráfico de escravos asseguraram a continuidade da escravidão no Brasil. Em relação ao tráfico negreiro, os lucros alcançados eram tais, que a despeito dos riscos da repressão inglesa em alto-mar, era possível considerar compensadora a chegada ao destino de uma embarcação carregada de escravos em cada três, e também que seriam necessários oito ou nove carregamentos bem sucedidos para a formação de uma fortuna. Por meio deste comércio foram acumuladas inúmeras fortunas.<sup>35</sup>

Conrad<sup>36</sup> afirma que as sociedades do novo mundo exerciam resistência às pressões anti-escravistas vindas da Europa proporcionalmente à importância do trabalho

---

<sup>33</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 286

<sup>34</sup> *Ibid.*

<sup>35</sup> *Ibid.*

<sup>36</sup> CONRAD, Robert. *The destruction of Brazilian slavery: 1850 - 1888*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1972.

escravo para suas economias. O autor considera que o Brasil foi o país cujas características geográficas, econômicas e sociais mais favoreciam a escravidão na América Latina, argumentando que a exportação de minerais e produtos tropicais produzidos em grandes propriedades demandavam mão-de-obra escrava em grande escala.

Por outro lado, Conrad pondera que:

Brazilian reluctance to abandon the slave system was not solely a consequence of the institution's great social and economic importance. The maintenance of slavery was also intimately related to the survival of traditional attitudes which sheltered and protected most of the customs and institutions that Brazil had inherited from the colonial past. Not only slavery remained vigorous during the first two-thirds of the nineteenth century, but most other characteristics of the era of Portuguese rule also survived with remarkably little alteration. The population was still largely rural, and the cities consequently small and dependent.<sup>37</sup>

As lavouras de café, que entraram em um ciclo de expansão iniciado na primeira metade do século XIX no Vale do Paraíba, encontravam-se nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esta expansão atingiu seu ápice na segunda metade do século XIX, na região do Oeste Paulista. A intensificação da importância econômica da cultura do café acarretou o aumento do número de escravos nas regiões de cultura cafeeira. De acordo com Costa, as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais

---

<sup>37</sup> Ibid., p.15

Minha tradução do texto citado:

A relutância brasileira em abandonar o sistema escravista não foi somente uma consequência da grande importância social e econômica desta instituição. A manutenção da escravidão também estava intimamente relacionada à sobrevivência de atitudes tradicionais que abrigavam e protegiam a maioria dos costumes e instituições que o Brasil herdara do passado colonial. Não apenas a escravidão permaneceu vigorosa durante os primeiros dois terços do século XIX, como também a maioria das outras características da era do domínio português também sobreviveram com pouquíssimas alterações. A população ainda era amplamente rural, e as cidades eram conseqüentemente pequenas e dependentes.

contabilizavam 50% do total de escravos do Brasil no ano de 1887. Entre as razões para a forte ligação entre a expansão do café e a escravidão podemos apontar alguns fatores, como por exemplo, no início das plantações de café, a continuidade da própria tradição escravista, considerando-se que a estrutura de latifúndios e cultivo de produtos tropicais únicos não havia sido alterada. Deste modo, com o abastecimento de mão-de-obra escrava ainda abundante e com uma mentalidade senhorial amplamente consolidada pelo período colonial, não havia motivos plausíveis para a adoção do trabalho assalariado. Nas palavras de Costa:

A solução parecia clara e única: utilizar o escravo. Este ia para onde seu senhor quisesse, ocupava-lhe das atividades que lhe fossem atribuídas, morava onde o senhor mandasse, comia o que ele lhe desse, e o que era mais importante: oferecia uma continuidade, uma permanência, que não era de se esperar de um trabalhador livre, que a qualquer momento poderia abandonar a fazenda e deixar uma safra para colher. A não ser que fosse escravizado de uma ou de outra forma qualquer pelo endividamento – fórmula tão freqüentemente usada no Brasil, na Amazônia, no Paraná, em Mato Grosso etc. Além disso, aceitar o trabalho livre era abdicar de uma parcela de autoridade profundamente arraigada na mentalidade senhorial. Era colocar-se nas mãos do trabalhador. Era ter que ouvir suas pretensões e cedo ou tarde ter que medir-se com ele, quem sabe até numa situação de inferioridade. Isso seria para o senhor uma inversão da "ordem natural".<sup>38</sup>

Dentro deste quadro no qual a escravidão alcançava centralidade, a elite brasileira exerceu uma forte resistência às pressões inglesas, que continuaram, por meio da lei Bill Aberden, promulgada em 1845, autorizando o aprisionamento de navios negreiros em águas brasileiras. Em 1850, entra em vigor uma outra lei que reduz drasticamente o tráfico de escravos, que cessa em torno de 1856. O fim deste foi o primeiro golpe à continuidade da escravidão, devido aos altos índices de mortalidade entre os negros, e trouxe conseqüências, tais como a compra de escravos de províncias do nordeste e norte por fazendeiros da região sudeste e sul, áreas onde o café despontava como destaque

---

<sup>38</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 72

econômico. Outro marco na campanha abolicionista foi a aprovação da lei do Ventre Livre em 1871. A partir de então se tornou necessário melhorar as condições de vida dos cativos e buscar alternativas a mão-de-obra.<sup>39</sup>

Paralelamente ao forte impulso à economia do país, o café trouxe consigo alguns acontecimentos importantes, os quais introduziram mudanças relativas ao aumento do mercado interno e ao aumento da urbanização. Neste contexto de desenvolvimento econômico, uma das soluções para a carência de mão-de-obra advinda da cessação do tráfico negreiro foi a vinda de imigrantes europeus para o trabalho nas grandes fazendas no sul do país. Paralelamente, com o aumento das pressões dos grupos abolicionistas, o trabalho escravo, que começou a ser considerado um empecilho por imobilizar os capitais dos proprietários, especialmente pelos setores mais desenvolvidos economicamente, foi lentamente sendo substituído pelo trabalho assalariado, até que em 1888 foi proclamada a Lei Áurea, abolindo formalmente a escravidão.

O trabalho assalariado crescente, a ampliação da rede de transportes ferroviários, o aumento da urbanização, o crescimento do mercado interno e a expansão do comércio criaram condições para o aparecimento das primeiras indústrias em centros urbanos. Apesar de o movimento industrial não ter trazido grandes transformações na estrutura do país como aconteceria no século XX, este processo de crescimento urbano acarretou uma série de conseqüências, tais como o surgimento de novos setores econômicos urbanos ligados ao comércio e setores financeiros, cisões entre as elites, e maior mobilidade social. Estas transformações, segundo Chalhoub<sup>40</sup>, contribuíram para a derrota política da dominação patriarcal exercida pela aristocracia agrária, que perdeu poder diante do fim da escravatura e da diversificação econômica e social no final do século XIX.

---

<sup>39</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

<sup>40</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. Paulo: Companhia das Letras, 2003.

### **A alegoria política nas personagens de *Dom Casmurro***

O romance *Dom Casmurro*, conforme afirmam Gledson<sup>41</sup> e Chalhoub,<sup>42</sup> retrata o declínio deste projeto de dominação utilizando a alegoria política, por meio da qual acontecimentos políticos e grupos sociais são representados por personagens e acontecimentos da esfera privada e familiar. A infância de Bento Santiago, um representante da aristocracia agrária, narrada a partir de 1857, constitui o período de felicidade de sua vida, que corresponde ao período do apogeu do Segundo Reinado. Entretanto, o processo de declínio deste grupo social em direção ao final do século tem início no romance por ocasião da morte de Escobar, amigo de Bento, em 1871. Durante o funeral de Escobar, seu melhor amigo, Bento, ao ver o olhar de padecimento, ou "olhos de ressaca", lançado por sua esposa Capitu ao cadáver de Escobar, passa a acreditar que fora vítima de adultério. Neste momento tem fim o período de felicidade de sua vida. Na esfera política, 1871 foi o ano de formação do gabinete Rio Branco, que foi responsável pela Lei do Ventre Livre, que tornava livre os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Esta lei foi um duro golpe nos grupos aristocráticos proprietários de escravos, sendo considerada um marco no declínio destes grupos. De volta à alegoria do romance, a partir da tragédia familiar ocorrida em 1871, é possível afirmar a "descoberta" da traição por parte da esposa e do melhor amigo é a justificativa encontrada por Bento para justificar a sua decadência econômica.

Isto fica mais claro se atentarmos para o fato de que tanto Capitu quanto Escobar são originários de camadas populares. Capitu, uma representante dos dependentes, é filha de Pádua, um funcionário público modesto. A família Pádua é vizinha da família Santiago, à qual deve favores. Escobar, que conheceu Bento na época do seminário, representa o comerciante moderno, que se destaca no contexto das transformações ocorridas no fim do século XIX. Faoro observa que o grupo de Escobar ganhava cada vez mais ascensão econômica e poder.

---

<sup>41</sup> GLEDSON, John. *Machado de Assis - impostura e realismo: uma reinterpretação de Dom Casmurro*. Tradução Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>42</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Bento e Escobar têm personalidades bastante contrastantes. No capítulo 94 de *Dom Casmurro*, podemos ver a vocação matemática de Escobar nas palavras do próprio Bento:

Não digo o mais, que foi muito. Nem ele sabia só elogiar e pensar, sabia também calcular depressa e bem. Era das cabeças aritméticas de Holmes ( $2 + 2 = 4$ ). Não se imagina com que facilidade ele somava ou multiplicava de cor. A divisão, que foi sempre uma das operações mais difíceis para mim, era para ele como nada: cerrava um pouco os olhos, voltados para cima, e sussurrava as denominações dos algarismos: estava pronto. Isto acontece com sete, treze, vinte algarismos. A vocação era tal que o fazia amar os próprios sinais das somas, e tinha esta opinião que os algarismos, sendo poucos, eram muito mais conceituosos que as vinte e cinco letras do alfabeto.

- Há letras inúteis e letras dispensáveis - dizia ele. - Que serviço diverso prestam o *d* e o *t*? Têm quase o mesmo som. O mesmo digo do *b* e do *p*, o mesmo do *s*, do *c* e do *z*, o mesmo do *k* e do *g*, etc. São trapalhices caligráficas. Veja os algarismos: Não há dois que façam o mesmo ofício; 4 é 4, e 7 é 7. E admire a beleza com que um 4 e um 7 forma esta coisa que se exprime por 11. Agora dobre 11 e terá 22; multiplique por igual número e terá 484, e assim por diante. Mas onde a perfeição é maior e no emprego do zero. O valor *zero* é, em si mesmo, nada; mas o ofício deste sinal negativo é justamente aumentar. um 5 sozinho é um 5; ponha-lhe mais dois 00, é 500. Assim, o que não vale nada faz valer muito, coisa que não fazem as letras dobradas, pois eu tanto *aprovo* com um *p* como com dois *pp*.

Criado na ortografia de meus pais, custava-me a ouvir tais blasfêmias, mas não ousava refutá-lo. Contudo, um dia, proferi algumas palavras de defesa, ao que ele respondeu que era um preconceito, e acrescentou que as idéias aritméticas podiam ir ao infinito, com a vantagem que eram fáceis de menear. Assim que eu não sou capaz de resolver de momento um problema filosófico ou lingüístico, ao passo que ele podia somar, em três minutos, quaisquer quantias.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Cultrix, 1960. p. 166-167

Escobar é-nos, assim, apresentado como um homem extremamente hábil com números, enquanto Bento é ligado à ortografia, à gramática, de seus pais. Pode-se estabelecer um contraste entre dois mundos. Bento, o aristocrata, com sua ortografia, representa o tradicional em termos econômicos, políticos e culturais. É um integrante, e defensor, do mundo senhorial, ilustrado por conhecimentos humanistas, livrescos e abstratos, que o colocam distante do mundo prático e o impedem de acompanhar as transformações pelas quais o país está passando no fim do século XIX. Por outro lado, Escobar está ligado ao novo. Com sua praticidade e habilidade com números, torna-se um comerciante próspero, assumindo uma posição econômica mais abastada do que o próprio Bento.

Há um outro dependente que nos é apresentado de maneira notória na obra. Trata-se de José Dias, o agregado da família Santiago. Um sujeito que foi aceito na família fazendo-se passar por médico, e acabou instalando-se definitivamente, mesmo após a descoberta de sua farsa, devido à sua habilidade em agradar a todos, utilizando copiosamente seus superlativos. José Dias, que aparentemente poderia ser considerado submisso, tem suas estratégias, de acordo com sua posição social dependente, de alcançar seus objetivos, lançando mão do cálculo e de seu "opinar obedecendo".

No capítulo XII do romance, intitulado "A denúncia", no qual José Dias lembra à Dona Glória a promessa que fizera de consagrar seu filho ao sacerdócio, alertando-a que envie Bentinho logo ao seminário antes que ele começasse a namorar a vizinha Capitu, visto que os dois andavam freqüentemente conversando pelos cantos. Bentinho, que ouvia à conversa escondido, fica abalado com a insinuação do agregado, e reflete, um pouco adiante:

Com que então eu amava Capitu, e Capitu a mim? Realmente, andava cosido às saias dela, mas não me ocorria nada entre nós que fosse deveras secreto. (...)

Capitu chamava-me às vezes bonito, mocetão, uma flor; outras pegava-me nas mãos, para contar-me os dedos. E comecei a recordar esses e outros gestos e palavras, o prazer que sentia quando ela me passava a

mão pelos cabelos, dizendo que os achava lindíssimos. Eu, sem fazer o mesmo aos dela, dizia que os dela eram muito mais lindos que os meus. (...)

Tudo isso me era apresentado pela boca de José Dias, que me denunciara a mim mesmo (...) <sup>44</sup>

Por meio destas reflexões, podemos ver que Bento não havia percebido nada além da amizade em sua convivência com a menina Capitu até a denúncia de José Dias. A partir desta, Bento rememora os acontecimentos entre ele e a vizinha, atribuindo-lhes novos significados. Esta atribuição de sentido posterior constitui-se uma característica marcante da narração de Dom Casmurro, estando presente ao longo de toda a obra. Conforme afirma Chalhoub:

Na história interessada e teleológica que compõe, Dom Casmurro reinterpreta diálogos e situações cotidianas, reorganizando o seu entendimento das experiências passadas. Ele, quando ainda era ingênuo, ainda Bento, Bentinho, não pudera perceber a malícia, a perfídia, a falsidade de cada movimento de Capitu e outros dependentes à sua volta. Incapaz de lidar com as dimensões políticas da própria derrota, resta construir para si o lugar de vítima, e se queixar da traição e ingratidão daqueles mesmos a quem teria dispensado benefícios e proteção. <sup>45</sup>

Portanto, uma interpretação para o sentido histórico do romance *Dom Casmurro*, com a qual concordamos, diz que o narrador-personagem Dom Casmurro, membro da aristocracia agrária em declínio, resolve escrever suas memórias como um meio de construir uma justificativa para a derrota de seu grupo social, culpando a traição das pessoas que estiveram ao seu redor, os dependentes, nos quais sempre confiara de modo inocente e cândido, para ser apunhalado pelas costas.

---

<sup>44</sup> ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Cultrix, 1960. p. 42-43

<sup>45</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

## Capítulo 2 - O surgimento do ensino superior no Brasil

No período anterior a 1808, data da vinda da família real portuguesa ao Brasil, diferentemente da política espanhola, Portugal proibia a criação de cursos superiores em suas colônias, com o objetivo de fazer com que as elites coloniais se deslocassem até a metrópole para buscar a formação superior, reforçando os laços de dominação colonial.<sup>46</sup>

Entretanto, com a emergência do Estado Nacional, por meio da criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, tornou-se necessária a criação de cursos de nível superior para atender às demandas oriundas desta nova organização política. Os cursos superiores criados a partir de 1808 tinham como objetivo formar burocratas para o Estado, especialistas na produção de bens simbólicos prioritariamente, e secundariamente profissionais liberais.<sup>47</sup>

Na Academia Militar e na Academia da Marinha foram criados os cursos de medicina e cirurgia, de matemática e de engenharia química e de mineração. O cursos de medicina, originados em hospitais militares, tinham a função de prestar serviços ao exército, sendo que o exercício da medicina na sociedade civil era realizado majoritariamente por barbeiros e sangradores, alguns deles, muitas vezes, escravos. O conhecimento matemático estava na base dos cursos de engenharia, que foram diferenciados em engenharia militar e engenharia civil. Fora do âmbito militar surgiram os cursos de agronomia, química, desenho técnico, economia política, arquitetura, história, belas artes, e após a proclamação da independência, duas Faculdades de Direito. Estes primeiros cursos forneciam à burocracia do Estado especialista em áreas variadas, ao mesmo tempo em que produziam bens simbólicos que serviam para o consumo da elite brasileira e para a legitimação da dominação de classe.

Tais cursos superiores foram criados com caráter secular, visto que a transferência da corte portuguesa ao Brasil retirou das atribuições da Igreja a gestão da educação escolar, colocando em seu lugar um grupo de funcionários públicos que seguiam orientações seculares. Entretanto, não é possível considerar que esta mudança tenha alterado

---

<sup>46</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

<sup>47</sup> CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade temporã: da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1980.

radicalmente o ensino no Brasil visto que o catolicismo era a religião oficial do Estado, e que os professores, como os demais funcionários públicos, eram obrigados a prestar juramento de fé católica.

A corrente científica do positivismo exerceu grande influência já sobre o nascente ensino superior brasileiro, especialmente nas áreas de Medicina, Engenharia e nas disciplinas científicas. O Direito foi uma área pouco influenciada por esta corrente francesa, considerando-se que os seus estudantes estavam ideologicamente mais próximos dos pensadores franceses ecléticos e espirituais, e também do idealismo alemão. Esse processo aconteceu devido ao contato de estudantes brasileiros que, ao fazer seus estudos superiores na França, traziam consigo, ao retornarem, o pensamento positivista. Os defensores do positivismo no Brasil estiveram envolvidos nos debates acerca da criação de universidades no Brasil, posicionando-se de maneira contrária. Eles argumentavam que o sistema universitário tinha características retrógradas e que demandaria vultosos investimentos do governo central e traria pífias contribuições para o progresso da nação. Por outro lado, representantes do Partido Liberal adotaram a defesa das universidades como um instrumento com fins de melhor preparar a elite. Por influência dos positivistas, entre outros fatores, somente na República surgiram as primeiras universidades brasileiras.

A respeito do papel do ensino superior no Brasil e dos indivíduos que nele se graduavam, gostaríamos de citar dois excertos para articular nossas reflexões em seguida. Cunha menciona o conceito dos *mandarins* chineses, utilizado por Pang e Seckinger, que refere-se ao:

"(...) recrutamento e a formação de agentes políticos controlados centralmente pelo Estado, e com a função de unificar o país e forjar uma ideologia de unidade nacional capaz de justificar a continuidade dos sistemas social, econômico e político existentes à época do império.

As escolas superiores, principalmente as de direito, nas quais estavam matriculados, ao fim do império, mais da metade dos alunos,

desempenhavam um papel central no recrutamento e na formação dos 'mandarins'" <sup>48</sup>

E Carvalho, apesar de discordar de Cunha em relação ao emprego do conceito dos *mandarins* à elite letrada brasileira, considera que:

Elemento poderoso de unificação ideológica da política imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a independência, na universidade de Coimbra e, após a independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes de várias capitâneas e províncias e inculcia neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil. <sup>49</sup>

Nestes dois trechos há elementos bastante relevantes para o nosso estudo. Primeiramente o caráter elitista da formação superior - "a ilha dos letrados" -, e sua função ideológica unificadora e homogeneizadora, atrelada à permanência da organização social do Império. E em segundo lugar, um aspecto sobremaneira importante à nossa pesquisa, que consiste na predominância da formação em Direito no processo de homogeneização e treinamento da elite brasileira para assumir os cargos governantes. Para ilustrar essa proeminência do Direito, podemos atentar para o fato de que no ano de 1864 os dois cursos de Direito contavam com 826 alunos matriculados, enquanto em Medicina havia 154 e em

---

<sup>48</sup> CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade temporã: da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1980. p. 18

<sup>49</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996. p. 55

Engenharia havia 263 matriculados (para este último estamos levando em consideração os cursos da Escola Central e da Escola Militar e de Aplicação).<sup>50</sup>

Durante a primeira metade do século XIX a formação jurídica acontecia prioritariamente na Universidade de Coimbra, e durante a segunda metade daquele século passou a se concentrar no Brasil, em dois cursos de Direito criados em 1827, um em São Paulo e outro em Olinda, considerando que este último foi transferido para Recife em 1854.<sup>51</sup>

A respeito do Direito no Brasil imperial, encontramos em Adorno<sup>52</sup> uma vasta contribuição, em seu estudo *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*, no qual analisa, por meio de um estudo de caso, a Faculdade de Direito de São Paulo entre os anos de 1827 e 1883. O autor observa que a criação dos cursos de Direito no Brasil teve por base ideológica a mentalidade liberal dos grupos da elite que se articularam no movimento de independência em 1822, que defendiam o liberalismo econômico e o individualismo econômico à revelia de princípios democráticos e igualitários. A consolidação do Estado brasileiro teve como elemento de suma importância o controle burocrático, realizado por meio de um sólido corpo de magistrados e políticos originários da formação jurídica. As Academias de Direito proporcionavam a formação política do bacharel. "Via de regra os cargos do judiciário (juizes e carreiras afins à magistratura), no executivo (delegados de polícia, presidentes e secretários provinciais, ministros e conselheiros de Estado) e no legislativo foram ocupados por bacharéis."<sup>53</sup>

O bacharel é, portanto, considerado o principal intelectual da sociedade brasileira do século XIX. A partir deste ponto vamos tentar entender quem era este intelectual e como acontecia a sua formação.

Provenientes de famílias abastadas, os ingressantes das faculdades de Direito percorriam uma trajetória semelhante. Durante a infância iniciavam seus estudos com um tutor particular, e em seguida iam para os liceus, seminários ou para o prestigiado Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro. Em seguida, vinha a formação superior, que em geral era

---

<sup>50</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação do Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

<sup>51</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

<sup>52</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>53</sup> Ibid. p.78

realizada na Europa ou nos cursos superiores brasileiros, com destaque, como afirmamos anteriormente, para as duas faculdades de Direito.<sup>54</sup>

Carvalho afirma que os cursos brasileiros, embora elaborados de maneira bastante semelhante ao seu predecessor português, esboçaram algumas mudanças, devido às necessidades locais, tais como a inclusão de disciplinas de direito mercantil, marítimo e de economia política ao invés do direito românico, como também a preocupação de formar, além de juristas, advogados, deputados, senadores, diplomatas e altos empregados e altos funcionários públicos. A carreira política aparece como uma extensão da formação em Direito

No parágrafo anterior listamos duas características sobremaneira importantes dos cursos de Direito, as quais são o conjunto de disciplinas que compõem o currículo, em suas semelhanças e divergências em relação ao curso de Direito da Universidade de Coimbra, e também a estreita ligação da formação jurídica com a vida pública no Império. A seguir vamos olhar para estes dois aspectos mais detidamente. Gostaríamos então de mostrar a grade curricular dos dois cursos de Direito, estabelecida em 1827, com duração de cinco anos:

*1º ano:* direito natural, direito público, análise da Constituição do Império, direito das gentes, diplomacia;

*2º ano:* o mesmo do 1º ano, mais direito público eclesiástico;

*3º ano:* direito pátrio e civil, direito pátrio criminal com a teoria do processo criminal;

*4º ano:* continuação do direito pátrio civil, direito mercantil e marítimo;

*5º ano:* economia política, teoria e prática do processo adotado pelas leis do Império.<sup>55</sup>

A partir de 1854, os dois cursos de Direito passaram a ser Faculdades de Direito, e a grade curricular sofreu algumas modificações, que podem ser observadas a seguir:

---

<sup>54</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

<sup>55</sup> CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade temporã: da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1980. p. 113.

*1º ano:* direito natural, direito público e universal, análise da Constituição do Império, institutos de direito romano;

*2º ano:* direito natural, direito público universal, análise da Constituição do Império, direito das gentes, diplomacia, direito eclesiástico;

*3º ano:* direito civil pátrio com análise e comparação do direito romano, direito criminal incluindo o militar;

*4º ano:* direito civil e pátrio com análise e comparação do direito romano, direito marítimo, direito comercial;

*5º ano:* hermenêutica jurídica, processo civil e criminal, incluindo o militar, prática forense, economia política, direito administrativo.<sup>56</sup>

A organização dos cursos em nove cadeiras seguia a mesma estrutura da Universidade de Coimbra e tinha por objetivo modernizar o país, recém-saído dos laços metropolitanos. Porém, este currículo se tornava ambíguo por trazer conteúdos arcaicos. Os arcaísmos estavam presentes na disciplina de "direito público eclesiástico", que faziam referência à Igreja e ao Estado, e a modernidade estava presente na disciplina de "economia política", na qual os alunos estudavam autores como Smith, Malthus, Ricardo.

Uma forte influência teórica estava presente em quase todas as disciplinas era o jus-naturalismo, que aparece neste contexto relacionado a valores individualistas, racionalistas e contratuais. Por outro lado, estabeleceu-se no curso de Direito de São Paulo uma tradição de ecletismo filosófico, que se propunha a conciliar correntes de pensamento por vezes opostas. Mesmo o jus-naturalismo era por vezes apresentado em sua forma teológica e por outras racionalista, e até mesmo seus desdobramentos em diversas nuances. Como uma das conseqüências deste ecletismo encontramos características de uma formação "ornamental", como podemos observar a seguir:

A prática de conciliar tendências filosóficas antagônicas e de harmonizar idéias jurídicas de distintas filiações ontológicas e gnosiológicas, minimizou os pressupostos críticos da atividade didático-pedagógica, e, em

---

<sup>56</sup> CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade temporã: da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1980. p. 113-114

contrapartida, fez sobressair seu lado reverso: uma formação puramente ornamental, nutrida, em parte, da exposição quase literal dos doutrinadores do Direito e de comentários dos códigos, sem qualquer efeito construtivo e modificador de comportamento.<sup>57</sup>

Após estas considerações referentes ao currículo, gostaríamos de tecer algumas considerações a respeito das aulas. Estas eram baseadas na leitura de compêndios, os quais costumavam ser bastante vagos e sem sistematização. Entre os membros do corpo docente se encontravam poucos juristas e muitos homens públicos de grande destaque, que priorizavam suas atividades fora do curso de Direito. Como conseqüência era freqüente a ocorrência de absenteísmo e desinteresse por parte dos lentes.

Após passarmos por algumas questões de currículo e de sala de aula, e a meio caminho das ligações do curso jurídico com a política, vamos abordar uma das afirmações mais provocadoras do estudo de Adorno, segundo a qual o aprendizado profissional do bacharel em direito não ocorria nas atividades didático-pedagógicas. O bacharel formado em São Paulo encontrava suporte para sua profissionalização no ambiente extra curricular, principalmente por meio de atividades como o auto-didatismo, a participação nas associações acadêmicas e na imprensa.<sup>58</sup>

O excerto a seguir aborda a posição do curso de Direito de São Paulo em relação ao ensino dos conhecimentos jurídicos:

(...) a Academia de São Paulo não constituía *locus* privilegiado da produção da ciência jurídica, o que permite pensar que a articulação entre a produção de bens materiais e idéias jurídicas não passava, necessariamente, pela mediação do processo de ensino-aprendizagem. Em uma sociedade em que os fundamentos materiais da produção repousavam na exploração produtiva do trabalho escravo e o exercício da representação política se sustentava na organização de um Estado de bases reconhecidamente patrimoniais, a

---

<sup>57</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 102-103

<sup>58</sup> *Ibid.*

produção de conhecimentos tinha antes o efeito de qualificar o lugar ocupado pelos seus produtores mediante a atribuição de status.<sup>59</sup>

Desse modo, não sendo as atividades curriculares o centro da formação dos bacharéis, e sim o ambiente cultural da cidade de São Paulo, podemos observar que, a despeito do fato de que a Academia de Direito de São Paulo ter no seu quadro docente, e nos bacharéis formados poucos juriconsultos que alcançaram distinção, enquanto formou personalidades de grande destaque na vida pública, que atuaram na política, na administração, no jornalismo e na literatura.

Alguns aspectos curriculares corroboram com a tese no esvaziamento do ensino do conteúdo propriamente jurídico, como podemos observar a seguir:

(...) o currículo aprovado em 1827, visivelmente, desprezava, não praticamente a Prática Forense, mas o ensino do Direito Processual, restrito às aulas de natureza teórica, que mais o discutiam como mera técnica de atuação processual do que como pressuposto metodológico de organização do próprio Estado.<sup>60</sup>

Em conseqüência, podemos concluir que, segundo Adorno, este modelo de formação atendia criteriosamente as necessidades de formação de uma inteligência política governante para o país.

(...) a cultura jurídica no Império produziu um tipo específico de intelectual: politicamente disciplinado conforme os fundamentos ideológicos do Estado; criteriosamente profissionalizado para concretizar o funcionamento e o controle do aparato administrativo; e habilmente convencido senão da legitimidade, pelo menos da legalidade da forma de governo instaurada.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> *Ibid.* p. 134

<sup>60</sup> BASTOS, Aurélio Wander. *O ensino jurídico no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumens Juris Ltda, 1998. p. 31

<sup>61</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 91

Neste processo citado acima, concordamos com Adorno quando ele afirma que, em termos ideológicos, a Academia de Direito cumpriu seu papel de não ensinar a cultura jurídica. Os bacharéis adquiriam, portanto, sua formação profissional por meio da participação na efervescente imprensa acadêmica, além do envolvimento nas associações acadêmicas e em estudos individuais. Estas atividades extracurriculares traziam a marca da dispersão intelectual. Este projeto formativo ia ao encontro também da necessidade de homogeneização das elites, citadas previamente neste capítulo:

Muito mais do que uma simples escola de transmissão de ciência, a Academia de Direito de São Paulo foi uma verdadeira escola de costumes. Humanizou o embrutecido estudante proveniente do campo; civilizou os hábitos enraizados num passado imediatamente colonial; disciplinou o pensamento no sentido de permitir pensar a coisa política como atividade dirigida por critérios intelectuais; enfim, moralizou o universo da política ao formar um *intelligentzia* capaz de se por à frente dos negócios públicos e de ocupar os principais postos diretivos do Estado.<sup>62</sup>

A pesquisadora Elizabete Xavier,<sup>63</sup> em um estudo por meio do qual analisou as concepções e as práticas educacionais brasileiras por meio da investigação da produção literária nacional entre os anos de 1840 a 1920, destaca o fenômeno da doutomania, expressão criada por Lima Barreto. A doutomania, apesar de ter surgido durante o período colonial, ganhou maior importância no Império e consistia na busca de distinção e prestígio social granjeada pelo título acadêmico. A pesquisadora considera que "A carreira das leis parecia, à maioria, mais vantajosa, por exigir menor abnegação e maiores resultados materiais".<sup>64</sup> Após a formação superior, a carreira política aparecia como um grande atrativo, apesar de que a carreira da advocacia também se constituía como uma opção vantajosa.

---

<sup>62</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 155

<sup>63</sup> XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. *A educação da sociedade brasileira: um exame das concepções e das práticas educacionais na produção literária nacional (1840 - 1920)*. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Educação - UNICAMP, Campinas, 2002.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 24

Tivemos acesso a um valioso relato de uma viajante estrangeira, a preceptora alemã Ina von Binzer,<sup>65</sup> que esteve no Brasil lecionando para filhos de fazendeiros nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro durante os anos de 1882 a 1884. Em suas correspondências ela tece considerações a respeito da doutomania, admirada com o fato de que nem sempre os intitulados doutores possuíam os respectivos estudos. Ao descrever o proprietário da primeira fazenda em que trabalhou, Binzer escreveu:

O Dr. Rameiro veio buscar-me. Não sei porque o chamam de "doutor" e duvido muito que ele próprio saiba encontrar a razão deste tratamento. A única explicação verossímil é a de que todo brasileiro bem colocado na vida já nasce com direito a esse título, e por um lado pareceria uma falta de modéstia; e por outro seria estúpido que eles o fossem conquistar à custa de estudos tão difíceis quanto desnecessários.<sup>66</sup>

E, num outro momento, mencionando um outro fazendeiro para quem trabalhou: "O Dr. Costa (*Doktor*, naturalmente)(...)"<sup>67</sup>

Aproveitando a observação da professora alemã segundo a qual, de acordo com seu julgamento, tais estudos seriam "desnecessários", ou seja, não tinham utilidade no cotidiano dos homens da elite brasileira, gostaríamos voltar nosso foco para o tipo de estudos aos quais esses homens tinham acesso. Os "doutores" em geral, e especificamente os bacharéis em Direito, não recebiam uma formação vinculada às necessidades materiais da sociedade brasileira, tanto no campo como nas cidades. O arcabouço cultural dos doutores apresentava um caráter mais decorativo e ilustrativo do que aplicado, considerando-se que sua formação humanística e clássica era voltada para lhes atribuir distinção social e colocá-los num patamar superior ao resto da população. Os discursos realizados por estes doutores caracterizavam-se pelo vazio conceitual e o distanciamento da realidade, que era mascarado

---

<sup>65</sup> BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Tradução Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

<sup>66</sup> BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Tradução Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 18

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 93

pelo uso em larga escala da retórica.<sup>68</sup> Entretanto, é importante ponderar que, se por um lado estes estudos, realizados principalmente nas faculdades de Direito, foram considerados "desnecessários" pela professora alemã, por estarem desvinculados da produção material daquela sociedade, por outro lado, a aquisição destes bens culturais por parte da elite era parte constituinte daquele arranjo social, no qual a aristocracia branca distinguia-se do resto da população por meio da ilustração.<sup>69</sup>

Joaquim Nabuco, grande político, diplomata e pensador brasileiro que iniciou seus estudos nas ciências jurídicas na Faculdade de Direito de São Paulo em 1866 e diplomou-se bacharel em 1870 na Faculdade de Direito de Recife,<sup>70</sup> legou-nos um relato por meio de sua obra "Minha formação" sobre sua trajetória intelectual e profissional, por meio do qual podemos observar alguns elementos que compunham a atmosfera da Academia. Ele escreve que se sentiu "arrebataado" por uma efervescência de novas idéias:

As minhas idéias eram, entretanto, uma mistura e uma confusão; havia de tudo em meu espírito. Ávido de impressões novas, fazendo os meus primeiros conhecimentos com os grandes autores, com os livros de prestígio, com idéias livres, tudo o que era brilhante, original, harmonioso, me seduzia e arrebatava por igual. Era o deslumbramento das descobertas contínuas, a eflorescência do espírito: todos os seus galhos cobriam-se espontaneamente de rosas efêmeras.<sup>71</sup>

E mais adiante, "Posso dizer que não tinha idéia alguma, porque tinha todas."<sup>72</sup>

Estes excertos citados acima nos sugerem uma cultura erudita, marcada pela dispersão intelectual, mas não acadêmica, visto que as Academias de Direito formavam grandes juristas, porém não os retinham.<sup>73</sup>

---

<sup>68</sup> XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. *A educação da sociedade brasileira: um exame das concepções e das práticas educacionais na produção literária nacional (1840 - 1920)*. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Educação- UNICAMP, Campinas, 2002.

<sup>69</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação do Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

<sup>70</sup> <http://www.fundaj.gov.br/docs/nabuco/jn.html>. Acesso em 02 de maio de 2008.

<sup>71</sup> NABUCO, Joaquim. *Minha Formação* São Paulo: Martin Claret, 2004.. p. 19

<sup>72</sup> *Ibid.* p.19

<sup>73</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na história: lições introdutórias*. São Paulo: Max Limonad, 2000.

Em uma outra obra de Joaquim Nabuco, intitulada *Um estadista no Império*<sup>74</sup>, este autor faz uma biografia de seu pai, Nabuco de Araújo, grande homem público do império, que se graduou como bacharel na Academia de Direito de Olinda, iniciando seus estudos em 1831. Ele afirma que não se formou para sua profissão na Academia, mas sim que aprendeu a cultura jurídica por si mesmo, na prática da magistratura, da advocacia e da função legislativa, como podemos observar no seguinte excerto:

A erudição jurídica de Nabuco foi a assimilação de longos anos, naquelas três carreiras, a suma de sua experiência; ele nunca fez estudos sistemáticos ou gerais de direito, não esquadrinhou o direito como ciência; viveu o direito, se se pode assim dizer, como juiz, advogado, como legislador, como ministro.<sup>75</sup>

Joaquim Nabuco também aponta para a íntima ligação entre o grau de bacharel e a carreira política que, durante os estudos de seu pai: “Já então as faculdades de direito eram as ante-salas da Câmara.”<sup>76</sup> Em seguida, ele estabelece uma comparação entre os cursos superiores ingleses e brasileiros em relação à participação política. Enquanto em Oxford as discussões de estudantes em associações acadêmicas tinham uma grande influência na tomada de decisões no parlamento daquele país, os estudantes de Olinda, que não tinham este “simulacro de parlamento”<sup>77</sup>, exercitavam-se na política por meio da do envolvimento na imprensa acadêmica.

Por meio de mais um excerto de uma das cartas de Ina von Binzer, podemos ver relatada, de maneira um tanto irônica, a relação de ostentação dos doutores em relação à cultura. Ao chegar à cidade de São Paulo, registrou suas impressões a respeito da Faculdade de Direito e dos bacharéis:

É verdade mesmo: São Paulo é o melhor lugar do Brasil para educadores, tanto a capital, como toda a província, porque os moços da nova geração namoram a ciência e dão-se a ares de erudição e filosofia. Somos uma

---

<sup>74</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.

<sup>75</sup> *Ibid.* p. 51

<sup>76</sup> *Ibid.* p. 52

<sup>77</sup> *Ibid.* p. 52

cidade universitária! Mas não pense em Bonn ou Heidelberg, pois a academia daqui é somente uma Faculdade de Direito. No interior da província há um seminário onde se preparam padres (esqueci o nome do lugar), aqui, formam-se advogados, e no Rio de Janeiro os discípulos de Esculápio, os doutores *par excellence*.

Os brasileiros dão ótimos advogados, podendo dessa maneira aproveitar seu talento declamatório. Dão a vida por falar, mesmo quando é para não dizer nada. Com a eloquência que esbanjam num único discurso, poder-se-iam compor facilmente dez em nossa terra; embora não possuam verdadeira eloquência nem marcada personalidade, falando todos com a mesma cadência tradicional usada em toda e qualquer circunstância. Tudo é exterior, tudo é gesticulação e meia cultura. O fraseado pomposo, a eloquência enfática já são por si só falsos e teatrais; mas se você tirar a prova real, se indagar sobre qualquer assunto, não se revelam capazes de fornecer a informação desejada.

Há pessoas na alta direção do Partido Republicano que não conhecem a história nem a constituição do país nem muito menos as das outras nações. Há outros, que se dizem partidários do sistema filosófico e espiritual de Comte, mas não compreendem os seus mais elementares ensinamentos. Alguns dão opinião sobre línguas estrangeiras, mas não sabem explicar nenhuma regra da sua própria. Querem possuir sem demora todas as novidades do terreno da técnica, mas os engenheiros para a montagem vêm da Europa; quando estes se retiram, se por acaso se parte algumas das peças das máquinas, nenhum nacional sabe consertá-la. Não se encontra profundidade em parte alguma...<sup>78</sup>

Ainda em outra ocasião, comentando a "inclinação" do temperamento dos brasileiros: "Em geral, nota-se a pouco inclinação dos brasileiros para as artes plásticas, o que não se deve estranhar, visto demonstrarem muito maior atração pelas artes declamatórias, mais de acordo com seu temperamento"<sup>79</sup>

---

<sup>78</sup> BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. p. 94-95

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 77

Os trechos das cartas de Ina von Binzer citados acima vêm confirmar as referências que fizemos ao longo deste capítulo, como a doutomania, o caráter livresco, humanista da cultura escolar de nível superior e a proeminência dos Cursos de Direito. Estas características citadas acima nos levam à uma questão: quem eram os membros que constituíam a elite jurídico-política da época? Um argumento que se propõe a responder este questionamento se encontra no obra intitulada *Literatura e Direito: uma outra leitura do mundo das leis*, de Eliane Junqueira,<sup>80</sup> que analisa uma série de textos literários em busca de conceitos relativos ao Direito e à cultura jurídica. O autor do prefácio, Nilo Batista, após enaltecer o trabalho de Junqueira, aponta alguns pontos em que discorda da autora. Uma das divergências de Nilo Batista é direcionada à indagação da autora, que se pergunta por que os autores literários teriam ignorado a "elite político-jurídica" privilegiando a representação dos advogados frustrados e aéticos. A este respeito, Batista inicia sua argumentação questionando o próprio conceito de "elite jurídico-política". Recusando idealizações, ele pontua que:

Hesitações vocacionais, ascensão pelo parentesco, habilidades chicanísticas, inapetência intelectual e algum tédio vitae não são características, na conjuntura examinada, do advogado "frustrado", mas sim do vitorioso, do que pode ser incluído na "elite jurídica por servir às elites sociais e políticas.

<sup>81</sup>

Para concluir este capítulo, evocamos outro ponto de vista estrangeiro que, em nosso modo de pensar, faz uma síntese bastante pertinente do que estivemos discutindo até aqui:

Social classes were stratified, as they had been under the Portuguese, and the individual's class origins nearly always determined the place he was to occupy in society. Education was elitist, unscientific, and reserved for the few. Most Brazilians, therefore, remained illiterate, although a

---

<sup>80</sup> JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *Literatura e direito: uma outra leitura do mundo das leis*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1998.

<sup>81</sup> Ibid. p. 13

small minority acquired an education which granted prestige and power to the individual and a ruling class, but granted small returns to the multitude.<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> CONRAD, Robert. *The destruction of Brazilian slavery: 1850 - 1888*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1972. p.16

Minha tradução do excerto:

As classes sociais eram estratificadas, como haviam sido sob o domínio dos portugueses, e a classe de origem do indivíduo quase sempre determinava o lugar que ele ocuparia na sociedade. A educação era elitista, não científica, e reservada para poucos. A maioria dos brasileiros, portanto, permaneceu analfabeta, embora uma pequena minoria adquiriu uma formação educacional que garantiu prestígio e poder a uma classe dominante, mas que trouxe pequeno retorno para a multidão.

### Capítulo 3 - A formação em Direito nas obras *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*

Neste capítulo analisamos concepções a respeito da formação superior em Direito nas obras *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, relacionando-os à produção da história da educação e às obras de críticos machadianos.

Acerca da narrativa, críticos literários como Terry Eagleton<sup>83</sup> e Fredric Jameson<sup>84</sup> consideram que elementos do contexto histórico e social são representados em obras literárias em grande parte pela forma. Seguindo esta linha de pensamento propomos que existem características marcantes da formação em Direito no modo como a narrativa dos dois romances selecionados nesta pesquisa se constrói.

Devido à importância das características narrativas de nossas fontes, acreditamos ser fundamental que o “interrogatório” ao qual elas serão submetidas atente suas singularidades narrativas. Machado de Assis construiu narradores diferentes para *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cuba*, e este fato traz importantes implicações no modo como estes romances representam a realidade às quais se referem (e também ao momento histórico em foram produzidas, já que no caso das duas obras que estamos investigando neste estudo há um certo deslocamento temporal entre o momento da escrita do acontecimento dos fatos narrados). Portanto, de acordo com esta linha de pesquisa, o cotejamento analítico de romances construídos com características narrativas diferentes pode causar problemas de interpretação. Devido a essas particularidades do trabalho de leitura e análise das fontes, consideramos necessário a elaboração de protocolos narrativos para as obras analisadas justamente pelos motivos expostos acima, para conseguirmos levar em consideração as especificidades de cada fonte, e deste modo, obter uma interpretação mais cuidadosa.

Entretanto, é fundamental observar que, conforme ocorre nas ciências em geral, o “trajeto” de pesquisa que nós decidimos adotar é um caminho entre muitos, que escolhemos

---

<sup>83</sup> EAGLETON, Terry. *Marxism and literary criticism*. London; New York: Routledge, 2002.

<sup>84</sup> JAMESON, Fredric. *The political unconscious: narrative as a socially symbolic act*. London; New York: Routledge, 1983.

por acreditarmos que é o que melhor atende as necessidades de nossa proposta. Nosso percurso se justifica levando-se em consideração nosso referencial teórico, mas observamos que, alterações no referencial teórico, por pequenas que sejam, podem levar a distinções quanto ao método de investigação.

Dito isto, passemos aos protocolos narrativos. Os dois narradores construídos por Machado de Assis nos romances aqui estudados, *Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, apresentam algumas características comuns. Ambos narram suas trajetórias em primeira pessoa, são representantes da classe senhorial, sendo proprietários de terras e de escravos e estão inseridos na política de dominação paternalista, na qual impera a inviolabilidade da vontade senhorial, que traz consigo uma visão de mundo na qual toda a movimentação dos dependentes é considerada expansão da vontade do senhor.<sup>85</sup> Outro aspecto comum entre os narradores que consideramos sobremaneira importante para nossa investigação se refere ao fato de que ambos são bacharéis em Direito.

A partir deste momento, abordaremos algumas distinções fundamentais entre os dois romances. Começando com *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, gostaríamos de levar em consideração que:

Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, o "defunto autor", narrador vivíssimo aliás, aproveita-se de sua condição para contar episódios de sua vida com independência e sinceridade, pois a "franqueza é a primeira virtude de um defunto". Desafrontado do mundo, desdenhoso das opiniões alheias – "não há nada tão incomensurável como o desdém dos finados" (BC, cap. XXIV) –, Brás pode agora confessar "lisamente o que foi", "estender" aos outros as revelações que antes só podia fazer à própria consciência. O sentido político dessas características do narrador é potencialmente explosivo: afinal, um legítimo representante da classe senhorial, em vida um herdeiro e continuador de suas prerrogativas, resolve se expor abertamente, dizer a verdade sobre si mesmo e, por conseguinte, sobre aqueles que a ele se assemelham quanto às "tradições de família", "cabedais" e "relações adquiridas".<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>86</sup> *Ibid.* p. 72-73

Conforme observamos acima, o narrador se coloca numa posição supostamente distante da sociedade em que viveu, rompendo seus laços diretos pela morte, o que, nas palavras do próprio narrador, lhe traz liberdade para expor o que sempre ocultaria quando em vida. Deste modo, a narrativa adquire um tom irônico e sarcástico, no qual o narrador zomba dos outros personagens e também dos leitores. Com Brás Cubas liberado das amarras dos escrúpulos e normas sociais repressoras, sua narrativa torna-se uma crítica bastante refinada da sociedade brasileira do século XIX.

Como bem observou Chalhoub, esta obra traz consigo um significado político, visto que a maior parte dos acontecimentos deste livro ocorrem entre os anos de 1840 e 1869, época que pode ser considerada o auge da política de dominação paternalista. Brás pode ser comparado “ao Brasil que vivera até 1869, e então agonizando, morrera e fora entregue aos vermes em 1870 e 1872, anos de intensa movimentação política em torno da questão do ‘elemento servil’”<sup>87</sup>

Passaremos agora para a análise dos excertos de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Primeiros abordaremos aspectos mais gerais, destacando a atuação da classe senhorial e o papel da formação jurídica. O excerto a seguir mostra Brás Cubas exercitando sua “filosofia” acerca da função da ponta do nariz, comentando a afirmação do doutor Pangloss que considera que o nariz serve para segurar os óculos. Num arrebatamento de iluminação, Brás atina para a verdadeira função do nariz, lançando mão do exemplo do faquir, para tentar exemplificar seu achado filosófico:

Nariz, consciência sem remorsos, tu me valeste muito na vida... Já meditaste alguma vez no destino do nariz, amado leitor? A explicação do doutor Pangloss é que o nariz foi criado para uso dos óculos, - e tal explicação confesso que até certo tempo me pareceu definitiva; mas veio um dia, em que, estando a ruminar esse e outros pontos obscuros da filosofia, atinei com a única, verdadeira e definitiva explicação.

Com efeito, bastou-m atentar no costume de faquir. Sabe o leitor que o faquir gasta longas horas a olhar para a ponta do nariz, com o fim único de ver a luz celeste. Quando ele finca os olhos na ponta do nariz, perde o sentimento das

---

<sup>87</sup> *Ibid.* p. 73

cousas externas, embeleza-se no invisível, apreende o impalpável, desvincula-se da terra, dissolve-se, eteriza-se. Essa sublimação do ser pela ponta do nariz é o fenômeno mais excelso do espírito, e a faculdade de a obter não pertence ao faquir somente: é universal. Cada homem tem a necessidade e o poder de contemplar o seu próprio nariz, para o fim de ver a luz celeste, e tal contemplação, cujo efeito é a subordinação do universo a um nariz somente, constitui o equilíbrio das sociedades. Se os narizes se contemplassem uns aos outros, o gênero humano não chegaria a durar dous séculos: extinguiu-se com as primeiras tribos.<sup>88</sup>

Chalhoub propõe que este texto é uma metáfora política, entendendo que quando Brás comenta atribui o segredo do faquir ao fato de se desligar das “cousas externas” em sua contemplação do nariz. Brás adiciona seu toque interpretativo para esta contemplação, pois enquanto o faquir contempla com o fim de ascensão celestial, Brás considera que estas coisas externas são justamente os outros atores sociais antagônicos que devem ser eliminados, dentro da visão de mundo senhorial. Para sustentar esta metáfora é preciso atentar para o trecho em que o narrador afirma que:

(...) tal contemplação, cujo efeito é a subordinação do universo a um nariz somente, constitui o equilíbrio das sociedades. Se os narizes se contemplassem uns aos outros, o gênero humano não chegaria a durar dous séculos: extinguiu-se com as primeiras tribos.<sup>89</sup>

Por nossa vez, gostaríamos de propor que a formação em Direito se encaixa de maneira bastante harmoniosa nesta visão de mundo senhorial, considerando que ela teve como uma de suas funções a homogeneização da elite, com vistas a formar letrados com cultura humanística, erudita, alheia à realidade material imediata, com uma retórica refinada, que, citando Adorno<sup>90</sup>, legislavam e governavam o país minimizando as

---

<sup>88</sup> COUTINHO, Afrânio. (org) *Machado de Assis: obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1959. vol I. p. 467

<sup>89</sup> *Ibid.* p. 467

<sup>90</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

contradições sociais de classe nos conflitos existentes à época, restringindo-se à contemplação e subordinação do mundo a seus narizes.

A respeito da formação superior e jurídica propriamente dita, selecionamos quatro excertos bastante valiosos e reveladores. Brás é enviado a Portugal para realizar seus estudos superiores na Universidade de Coimbra. No primeiro dos excertos, Brás discorre sobre suas possibilidades de escolha entre várias carreiras universitárias e profissionais e suas expectativas em relação ao futuro:

Um grande futuro! Enquanto esta palavra me batia no ouvido, devolvia eu os olhos, ao longe, no horizonte misterioso e vago. Uma idéia expelia outra, a ambição desmontava Marcela. Grande futuro? Talvez naturalista, literato, arqueólogo, banqueiro, político, ou até bispo, - bispo que fosse, uma vez que fosse um cargo, uma proeminência, uma grande reputação, uma posição superior. A ambição, dado que fosse águia, quebrou nessa ocasião o ovo, e desvendou a pupila fulva e penetrante. Adeus, amores! adeus Marcela! dias de delírio, jóias sem preço, vida sem regímen, adeus! Cá me vou às fadigas e à glória; deixo-vos com as calcinhas da primeira idade.<sup>91</sup>

Podemos observar que o fator decisivo para a escolha da carreira não se encontrava em características e peculiaridades das carreiras em si mesmas, mas sim nas perspectivas de se alcançar proeminência, glórias e prestígio social, uma distinção em relação aos outros grupos sociais. Poderíamos concluir, então, que Brás, como um representante da classe senhorial, manifestava um alto grau de frivolidade em relação à formação profissional propriamente dita, não sendo possível enxergar algo que poderíamos denominar como “vocaçãõ” para os estudos.

Chegando a Portugal, ele relata-nos, de maneira galhofeira, seu cotidiano estudantil, sua relação com os estudos e sua graduação:

E foi assim que desembarquei em Lisboa e segui para Coimbra. A Universidade esperava-me com as suas matérias árduas; estudei-as muito

---

<sup>91</sup> COUTINHO, Afrânio. (org) *Machado de Assis: obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1959. vol. I. p. 442

mediocrementemente, e nem por isso perdi o grau de bacharel; deram-mo com a solenidade do estilo, aos anos da lei; uma bela festa que me encheu de orgulho e saudades – principalmente saudades. Tinha eu conquistado em Coimbra uma grande nomeada de folião; era um acadêmico estróina, superficial, tumultuário e petulante, dado às aventuras, fazendo romantismo prático e liberalismo teórico, vivendo na pura fé dos olhos pretos e das constituições escritas. No dia em que a universidade me atestou, em pergaminho, uma ciência que eu estava longe de trazer arraigada no cérebro, confesso que me achei de algum modo logrado, ainda que orgulhoso. Explico-me: o diploma era uma carta de alforria; se me dava a liberdade, dava me a responsabilidade. Guardei-o, deixei as margens do Mondego, e vim por aqui fora assaz desconsolado, mas sentindo já uns ímpetos, uma curiosidade, um desejo de acotovelar os outros, de influir, de gozar, de viver, - de prolongar a Universidade vida adiante...<sup>92</sup>

Este trecho nos faz muitas revelações, e o faz de maneira bastante escancarada e sarcástica, coerente com as características do narrador discutidas no início deste capítulo, de modo bastante diferente do narrador Dom Casmurro, que nos revela uma série de informações históricas justamente ao tentar ocultá-las, como mostraremos um pouco adiante neste capítulo. Em relação ao excerto citado acima, observamos a atitude de menosprezo, de descaso e a desvalorização com a qual Brás realiza seus estudos. A utilização de termos como “folião” “acadêmico estróina”, “superficial”, “tumultuário”, “petulante” e “dado a aventuras” deixam bem clara a postura acadêmica de Brás. Sua afirmação de que se sentira logrado ao receber o diploma pode ser entendida como um reconhecimento bastante enfático de que seu posicionamento acadêmico foi praticamente inócuo em termos de aprendizado. A volta ao Brasil é vista com ressalvas devido a possíveis responsabilidades. O fechamento do excerto é brilhante do ponto de vista de nossa pesquisa, visto que os desejos de “influir”, “acotovelar os outros” “gozar” e “viver”, nos indicando sua disposição para assumir as prerrogativas autoritárias de sua classe

---

<sup>92</sup> COUTINHO, Afrânio. (org) *Machado de Assis: obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1959, vol. I. p. 442

senhorial; e ironicamente um prolongamento a Universidade do Rio de Janeiro – ou seja, vivendo de modo tão fútil e frívolo como em Coimbra.

E de volta ao Rio de Janeiro Brás faz um balanço de seu aprendizado na Universidade de Coimbra:

Para lhes dizer a verdade toda, eu refletia as opiniões de um cabeleireiro, que achei em Módena, e que se distinguia por não as ter absolutamente. Era a flor dos cabeleireiros; por mais demorada que fosse a operação do toucado, não enfadava nunca; ele intercalava as penteadas com muito motes e pulhas, cheias de um pico, de um sabor... Não tinha outra filosofia. Nem eu. Não digo que a Universidade não me tivesse ensinado alguma; mas eu decorei-lhe só as fórmulas, o vocabulário, o esqueleto. Tratei-a como tratei o latim; embolsei três versos de Virgílio, dois de Horácio, uma dúzia de locuções morais e políticas, para as despesas da conversação. Tratei-os como tratei a história da jurisprudência. Colhi de todas as cousas a fraseologia, a casca, a ornamentação...<sup>93</sup>

Esta é mais uma exposição do vazio conteudístico da formação de Brás Cubas, que explica sem pudores e de maneira reiterada que somente adquiriu aspectos exteriores e superficiais dos campos do conhecimento aos quais se lançou ao estudo, mais úteis para "as despesas da conversação", ou seja, para ostentar uma imagem ilustrada perante os outros grupos sociais e também perante outros membros da elite.

Não podemos nos furtar a fazer uma referência aos espirituosos comentários da preceptora alemã Ina von Binzer, que esteve no Brasil durante a década de 1880, a respeito do "talento declamatório dos brasileiros". É pertinente lembrarmos algumas de suas referências aos intelectuais brasileiros, considerando que estes "Dão a vida por falar, mesmo quando é para não dizer nada", em seguida "Com a eloquência que esbanjam num único discurso, poder-se-iam compor facilmente dez em nossa terra".<sup>94</sup> Ela conclui esta

---

<sup>93</sup> COUTINHO, Afrânio. (org) *Machado de Assis: obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1959, vol. I. p. 446

<sup>94</sup> BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 6ª ed. Tradução Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 95

passagem afirmando que esta dita eloquência mostrava-se vazia diante de questionamentos sistemáticos provando ser exterior e teatral.

Algum tempo após se estabelecer no Rio de Janeiro ele é eleito deputado, confirmando as informações segundo as quais a carreira política era uma consequência da aquisição do grau de bacharel. Porém, Brás passa um certo tempo sem envolver-se em grandes debates, quando um dia, instado pelo amigo filósofo Quincas Borba, que o instigava para a atuação política de maneira bastante entusiasmada, resolve fazer uma intervenção. Em suas palavras:

(...) discutindo-se o orçamento da justiça, aproveitei o ensejo para perguntar modestamente ao ministro se não julgava útil diminuir a barretina da guarda nacional. Não tinha vasto alcance o objeto da pergunta; mas ainda assim demonstrei que não era indigno das cogitações de um homem de Estado.<sup>95</sup>

A partir deste momento, Brás inicia um inflamado discurso que tem como tema as inúmeras benéficas da redução do tamanho da barretina utilizada pelos oficiais da guarda nacional. A última sentença do excerto citado acima é de uma ironia mordaz, acerca do caráter de dignidade das "cogitações de um homem de Estado". Em seu discurso. Ele cita Filopémen e Hipócrates, e constrói uma série de artifícios retóricos. A reação de seus membros ao final do discurso é relatada pelo narrador com as seguintes palavras:

Vária foi a impressão deste discurso. Quanto à forma, ao raptó eloquente, à parte literária e filosófica, a opinião foi uma só: disseram-me todos que era completo, e que de uma barretina ainda ninguém ainda conseguira tirar tantas idéias.<sup>96</sup>

Se sua eloquência foi bastante elogiada, por outro lado o conteúdo político de seu discurso foi duramente criticado por seus pares. Ao fracassar em sua tentativa de se tornar

---

<sup>95</sup> COUTINHO, Afrânio. (org) *Machado de Assis: obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1959, vol. I. p. 534

<sup>96</sup> *Ibid.* p. 535

um ministro de Estado ele perde suas ilusões em relação à política, que não passou de mais um de seus caprichos.

Passaremos agora ao protocolo narrativo e análise de Dom Casmurro. Segundo Chalhoub:

*Dom Casmurro* é uma alegoria da experiência da derrota de todo um projeto de dominação de classe. O narrador, escrevendo no final da década de 1890, está empenhado em encontrar justificativas para o seu empobrecimento e decadência social. Não as encontra em outro lugar senão no antagonismo impenitente, mas então insuspeitado, que seus subordinados lhe teriam feito ao longo da vida. Na história interessada e teleológica que compõe, Dom Casmurro reinterpreta diálogos e situações cotidianas, reorganizando o seu entendimento das experiências passadas. Ele, quando ainda era ingênuo, Ainda Bento, Bentinho, não pudera perceber a malícia, a perfídia, a falsidade de cada movimento de Capitu e outros dependentes à sua volta. Incapaz de lidar com as dimensões políticas da própria derrota, resta construir para si o lugar de vítima, e se queixar da traição e ingratidão daqueles mesmos a quem teria dispensando benefícios e proteção. Em suma, a percepção de havia arte de resistência em Capitu sobe à consciência de Bentinho/Dom Casmurro, e lá se configura como falsidade/traição.<sup>97</sup>

Portanto, diferentemente do narrador Brás Cubas, Dom Casmurro vive a tanto fase do auge da dominação paternalista como também experimenta as agruras de seu declínio social, que causa abalos em sua visão de mundo. Seu drama pessoal do suposto adultério pode ser entendido como uma metáfora política, pois o declínio de seu grupo social só pode ser explicado, aos olhos da ideologia senhorial, a partir da ingratidão e da maldade dos dependentes à sua volta. É de suma importância realçar o fato de que o período da narração que vai de sua infância, em 1857, quando o narrador tinha quatorze anos, até 1871, quando já estava casado com Capitu, é considerado o período feliz de sua vida, que coincide com o auge do período de dominação paternalista. Em 1871, no ano em que ocorre a aprovação da

---

<sup>97</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 83-84

Lei do Ventre Livre, considerada um golpe na aristocracia agrária, Chalhoub afirma que acontece o "nascimento" do narrador Dom Casmurro":

Dom Casmurro, o narrador do romance, é concebido em março de 1872 - logo após a subida ao poder do Gabinete Rio Branco, que aprovaria a Lei do Ventre Livre -, no exato instante em que os olhos de ressaca de Capitu trazem o cadáver de Escobar, provocando a suspeita de adultério no herdeiro dos Santiago (DC, cap. CXXIII). Além de Escobar, é Bentinho quem morre nesse momento. Aqui, mais uma vez, o drama doméstico relatado é metáfora política. Torturado pela derrota política cujo maior símbolo talvez tenha sido a aprovação da lei de 1871, procurando refletir sobre semelhante experiência dentro dos hábitos de pensamento da classe senhorial, Dom Casmurro empunha a pena para demonstrar que fora vitimado pela ingratidão dos dependentes.<sup>98</sup>

Se adotarmos esta compreensão do surgimento do narrador, entenderemos o posicionamento do mesmo em relação aos acontecimentos de sua vida e às pessoas que o rodeavam, como Capitu, Escobar, Ezequiel, José Dias, entre outros. Por isso é importante observar, como já citamos anteriormente, que, diante da derrota política, o narrador revisita seu passado reinterpretando passagens selecionadas, fazendo interpretações dos fatos a partir de sua condição de "marido traído", interpretações estas que ele jamais teria feito quando era jovem. Portanto a compreensão do caráter da "ressignificação", da atribuição de novos significados para os acontecimentos de sua vida a partir de 1871 é central para que possamos entender os aspectos históricos desta obra, e não correremos o risco de entender o que Dom Casmurro tão elegantemente nos narra da realidade como uma correspondência transparente da realidade.

Conforme já mencionamos previamente, o narrador Dom Casmurro era um bacharel em Direito. Estudiosos da obra de Machado de Assis teceram comentários a respeito da influência do estudo das leis feito pelo narrador na própria narrativa. Caldwell<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 84

<sup>99</sup> CALDWELL, Helen. *O Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro*. Tradução Fábio Fonseca de Melo. Cotia Ateliê: Editorial, 2002.

argumenta que esta obra foi construída como um processo criminal de acusação contra Capitu, no qual Dom Casmurro faz uso de suas habilidades jurídicas para, ao incriminar Capitu, justificar sua vingança contra a esposa, provando sua inocência. Segundo a pesquisadora norte-americana, entre os capítulos CXXXVIII-CXL, o narrador faz uso de uma série de termos legais, tais como "testemunha de acusação", "confissão", "testemunha ocular", "justiça", "reparação", "paternidade", entre outros. A retórica de Dom Casmurro, numa estratégia de aliciar o leitor para que este incorpore seu ponto de vista, se dirige a este como a um corpo de jurados, e elabora o veredicto no último capítulo. A argumentação deste sofisticado advogado foi tão convincente a ponto de persuadir três gerações de críticos. Ao longo deste estudo, Caldwell, ao perscrutar as artimanhas retóricas contidas nesta obra machadiana, foi a primeira crítica literária a desconfiar do narrador e afirmar a inocência de Capitu.

Silviano Santiago<sup>100</sup> também aponta para a carreira do narrador como um aspecto central para a compreensão da obra. Segundo este autor, Dom Casmurro, ao fim de sua vida, assume o papel de advogado de defesa de Bento, sua versão jovem. Constrói então sua tese de defesa, argumentando que, apesar de ter acusado a esposa de infidelidade e a enviado para o exílio junto ao filho, fora uma vítima da traição e da perfídia das pessoas ao seu redor. Utilizando linguagem forense, compõe uma peça de retórica articulada para convencer o leitor de sua inocência e candura. Devido ao fato de não possuir evidências concretas a seu favor, lança mão da verossimilhança, ou seja, a aparência de verdade pode legitimar-se e passar a ser a própria verdade. Santiago também afirma que, para se estudar o possível adultério de Capitu não adianta centrar o foco de investigação na própria Capitu, que é representada unilateralmente por seu esposo, mas sim deve se realizar um estudo do ciúme de Bento ou Dom Casmurro, e como este constrói sua versão interessada dos fatos.

Dando continuidade a esta linha de pensamento, Gledson<sup>101</sup> traz contribuições bastante relevantes. Ele observa que o início do romance retrata os tempos felizes da vida de Bento Santiago, da infância até a entrada no seminário, e após o tão almejado casamento, a narrativa torna-se sombria e truncada. A justificativa para esta disposição dos

---

<sup>100</sup> SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

<sup>101</sup> GLEDSON, John. *Machado de Assis - impostura e realismo: uma reinterpretação de Dom Casmurro*. Tradução Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

elementos do romance parte do plano persuasivo do narrador advogado. Acontece um ocultamento do ciúme e da linguagem forense no início do livro para que o leitor se envolva na suavidade da narração e seja cooptado pelo narrador, para que no fim do livro, ao ser apresentado às acusações de Dom Casmurro, não tenha mais capacidade de julgar de maneira isenta. Portanto, o início idílico e a dissimulação do tom acusativo, que aparecerá mais claramente no fim da obra, se constituem como um recurso retórico com vistas a ludibriar o leitor. Ou seja, apesar de esta obra poder ser considerada como um processo de acusação, é parte fundamental da estratégia de convencimento que o público não a perceba como tal.

Deste modo, considerando que Machado de Assis, ao conceber o romance *Dom Casmurro*, buscou ludibriar o leitor, torna-se necessário o desenvolvimento de uma leitura "à contrapelo", que vá além das aparências enganosas e que penetre nos sentidos subjacentes ao texto, de alguma forma "escondidos" pelo autor. Uma exemplo de leitura à contrapelo de *Dom Casmurro* nos é dado pela fina análise do professor Roberto Schwarz:

O nosso cidadão acima de qualquer suspeita - o bacharel com bela cultura, o filho amantíssimo, o marido cioso, o proprietário abastado, avesso aos negócios, o arrimo da parentela, o moço com educação católica, o passadista refinado, o cavalheiro *belle époque* - ficava ele próprio sob suspeição, credor de toda a desconfiança disponível <sup>102</sup>

Essa suspeição de nosso cavalheiro tão notável levou muito tempo para acontecer, considerando que Caldwell foi a primeira crítica literária machadiana a suspeitar do narrador Dom Casmurro, em 1960. Dando prosseguimento a suas análises, Schwarz aponta para o fato de que Machado de Assis rompe com o ideal em voga durante o século XIX de literatura como missão, comprometida com a construção da nacionalidade, de caráter notadamente edificante. Vejamos o trecho a seguir:

Por exemplo, os excelentes recursos intelectuais vinculados a Bento Santiago não representam uma contribuição a mais para a civilização do

---

<sup>102</sup> SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 13

país, e sim, ousadamente, a cobertura cultural da opressão de classe. Longe de ser a solução, o refinamento intelectual da elite passa a ser uma face - com aspectos diversos, positivos e também negativos - da configuração social que o romance saudosamente relembra, ou desencantadamente põe a nu.<sup>103</sup>

Considero esta passagem magistral no que se refere à reviravolta da visão do papel político e ideológico da refinada formação cultural da elite. Na contracorrente de seus predecessores, a obra machadiana oferece a quem se proponha a investigá-la atentamente, buscando os sentidos ocultos, um retrato primoroso do Brasil do século XIX, podendo-se destacar uma série de elementos relativos à formação cultural da elite.

Após a citação destas reflexões, do trabalho de leitura de nossa fonte e do cotejamento entre estes aspectos da narrativa e o conhecimento da história da educação citado no capítulo anterior, afirmamos que as concepções acerca da formação superior em Direito estão primeiramente na própria narrativa, ou seja, na forma. Com isto queremos dizer que Machado de Assis, ao criar seu narrador, advogado de formação, compôs esta obra com características de um processo jurídico de acusação. Portanto na própria escrita do texto encontram-se elementos que confirmam características levantadas no início deste capítulo sobre a formação em Direito, como, por exemplo, a sofisticada retórica empregada pelo narrador, que se constitui de jogos de idéias capciosas com o intuito de persuadir o corpo de jurados, ou seja, os leitores. O discurso articulado por Dom Casmurro lança mão de citações de autores clássicos, os quais eram estudados nas faculdades de Direito, que provia seus bacharéis com uma vasta cultura humanística e livresca.

Ao mesmo tempo em que os argumentos literários do narrador encantam e procuram convencer o leitor por meio do recurso da verossimilhança, estes mesmos argumentos, se forem submetidos a exame criterioso demonstram ser vazios, o que nos remete novamente às análises perspicazes de Ina von Binzer acerca do "talento declamatório" dos brasileiros, que esbanjam uma retórica afetada e desprovida de fundamento concreto, sendo tudo "exterior". A este respeito, consideramos que a retórica utilizada pelo narrador é, em última análise, um jogo abstrato de idéias que visa ludibriar o

---

<sup>103</sup> *Ibid.*, p.13

leitor, convencendo-o a incorporar os pontos de vistas de Dom Casmurro ainda que nenhuma evidência concreta do adultério de Capitu seja apresentada. Poderíamos acrescentar que a retórica empregada pelo narrador tem este caráter retórico "exterior" e vazio devido ao fato de que a formação em Direito tinha poucos vínculos com a vida material do país e tinha por objetivo a ostentação, como podemos confirmar pelos estudos da história da educação sobre o ensino superior no século XIX citados no capítulo anterior, especialmente por meios dos estudos de Cunha,<sup>104</sup> Carvalho<sup>105</sup> e Xavier.<sup>106</sup>

Passando agora para excertos relativos a questões de conteúdo, se é que se pode fazer uma distinção entre forma e conteúdo literário, encontramos uma série de referências que também confirmam a produção historiográfica da educação.

A despeito de Bento não ter seguido a carreira política, ele é oriundo de uma família da aristocracia agrária, que em casa tem lições de latim com o Padre Cabral e no ambiente requintado da casa de Matacavalos onde passou a infância ao se mudar para o Rio de Janeiro foi introduzido aos medalhões clássicos de César, Augusto, Nero e Massinissa

Nos quatro cantos do teto as figuras das estações, e ao centro das paredes os medalhões de César, Augusto, Nero e Massinissa, com os nomes por baixo... Não alcanço a razão de tais personagens. Quando fomos para a casa de Mata Cavalos, já estava ela assim decorada. vinha do decênio anterior. Naturalmente era gosto do tempo meter sabor clássico e figuras antigas em pinturas americanas.<sup>107</sup>

No capítulo XVIII, na primeira referência à faculdade de Direito de São Paulo, Capitu e Bentinho estão tentando encontrar uma maneira de desvencilhar o menino da promessa feita por D. Glória de consagrá-lo ao sacerdócio, quando Capitu sugere a Bento que vá estudar leis na capital paulista, ele sente grande prazer, cogitando que "São Paulo

---

<sup>104</sup> CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade temporã: da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1980.

<sup>105</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

<sup>106</sup> XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. *A educação da sociedade brasileira: um exame das concepções e das práticas educacionais na produção literária nacional (1840 - 1920)*. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Educação - UNICAMP, Campinas, 2002.

<sup>107</sup> ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Cultrix, 1960. p.25

era um frágil biombo, destinado a ser arreado um dia, em vez da grossa parede espiritual e eterna." Apesar de Bento ainda ser muito novo neste momento - não podemos nos esquecer que a história é narrada por Dom Casmurro - talvez haja um indício de que o curso de Direito fosse encarado como um frágil biombo para além do sentido imediato que Bentinho lhe atribui, mas também como simplesmente mais uma peça na composição de suas prerrogativas senhoriais, um acessório cuja função fosse prover um suporte de ilustração e distinção.

No capítulo XXVI, podemos observar a fala do agregado José Dias, cooptado por Bentinho e Capitu para colaborar no plano para desvencilhar o menino da promessa feita por D. Glória de consagrá-lo ao sacerdócio. A respeito do estudo das leis diz o agregado:

- É tarde - disse ele -; mas, para lhe provar que não há falta de vontade irei falar com sua mãe. Não prometo vencer, mas lutar; trabalharei com alma. Deveras, não quer ser padre? As leis são belas, meu querido... Pode ir a São Paulo, a Pernambuco ou ainda mais longe. Há boas universidades por esse mundo afora. Vá para as leis se tal é a sua vocação.<sup>108</sup>

José Dias não poupa elogios ao estudo das leis, o que pode ser entendido como um indicativo do prestígio desta carreira. Em seguida, o agregado desfila o leque de opções de cursos de Direito disponíveis à elite brasileira da época.

Um pouco adiante, no capítulo XCVIII, com a ajuda de Capitu e José Dias, Bento finalmente ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo aos dezoito anos e torna-se um bacharel em Direito aos vinte e dois anos. No capítulo seguinte, Bento é recebido em casa com festa. Todas as pessoas da casa passam a chamá-lo de doutor, inclusive os escravos, as visitas, o vizinho Pádua e sua filha Capitu. No capítulo C, Bento, ao retirar de sua mala o diploma de bacharel é tomado por delírios de grandeza e glória em sua carreira e em seu casamento.

---

<sup>108</sup> *Ibid.* p. 66

No quarto, desfazendo a mala e tirando a carta de bacharel de dentro da lata, ia pensando na felicidade e na glória. Via o casamento e a carreira ilustre, enquanto José Dias me ajudava calado e zeloso. Uma fada invisível desceu ali, e me disse em voz igualmente macia e cálida: "Tu serás feliz, Bentinho; tu vais ser feliz."<sup>109</sup>

Estes excertos nos fornecem indicações não somente do prestígio atribuído ao curso de Direito, mas também das expectativas de uma vida de glórias e distinção e felicidade.

Um pouco adiante é a vez do agregado pronunciar palavras louvando a grande distinção com que o bacharel fora aprovado nas matérias e a garantia de felicidade futura granjeada pela recém adquirida graduação.

...Há de ser feliz, como merece, assim como mereceu esse diploma que ali está, que não é favor de ninguém. A distinção que tirou em todas as matérias é prova disso; Já lhe contei que ouvi da boca dos lentes, em particular, os maiores elogios. Demais, a felicidade não é só a glória, é também outra coisa...<sup>110</sup>

Entretanto, é preciso ponderar que as menções diretas à faculdade de Direito e do período em que lá estudou são breves, principalmente se comparadas à descrição dedicada ao período em que Bento esteve no seminário. "Venceu a razão, fui-me aos estudos. Passei os dezoito, os dezenove, os vinte, os vinte e um; aos vinte e dois era bacharel em direito."

111

Entendemos este aspecto, com base nos estudos críticos de Gledson, como uma tentativa de não enfatizar sua condição de advogado, para conseqüentemente desviar a atenção do público de sua verdadeira intenção acusadora.

Bento inicia o curso de Direito em 1861, data que vai ao encontro do que afirma Carvalho, ao dizer que até a primeira metade do século XIX a maior parte dos bacharéis da

---

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 175

<sup>110</sup> *Ibid.* p. 176

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 173

elite brasileira eram formados na Universidade de Coimbra, e na segunda metade deste século eles passaram a ser formados nas faculdades de Direito de São Paulo e de Recife.

Para concluir, observamos que a formação em Direito era parte integrante da unificação ideológica da elite - a "ilha de letrados", na qual os advogados e magistrados exerciam um papel muito importante de, por meio da elaboração das leis, legitimar o sistema de dominação existente na sociedade da época. Bento Santiago, já bacharel, ao assumir as prerrogativas da classe senhorial, faz exercício do mando e da autoridade, destruindo sua família, exilando Capitu e o filho Ezequiel, que são degredados para a Suíça, sem apresentar prova concreta do adultério da esposa. E o mais interessante é notar que, apesar de sua conduta em relação à sua família, ele foi tido pelos críticos e leitores da época como um cavalheiro distinto e extremamente educado, acima de qualquer suspeita, como diz Roberto Schwarz.

## Conclusão

Chegando ao final desta dissertação, após expormos nosso referencial teórico na introdução, por meio do levantamento de autores que se debruçaram sobre a obra machadiana e da identificação de nossa opção de método e procedimentos de pesquisa, passamos para o estudo do momento histórico brasileiro durante o século XIX no capítulo I, seguido do estudo da formação superior da elite brasileira no período, destacando os cursos de Direito no capítulo II. No capítulo III, após o estudo do contexto histórico e dos aspectos histórico-educacionais relevantes para a nossa pesquisa, passamos para a análise de dois romances de Machado de Assis, os quais são *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, cujos narradores são bacharéis em Direito. A análise de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* nos indicou que a formação em Direito, com sua cultura erudita e humanística, marcada pela dispersão intelectual, que desconsiderava as "cousas externas", ou seja os outros grupos sociais antagônicos, era bastante pertinente dentro da visão de mundo senhorial, expressa pela metáfora da "contemplação da ponta do nariz"

Brás nos relata de maneira extremamente irônica, sua frivolidade na escolha do curso jurídica e a superficialidade com a qual só adquiriu a "casca" das ciências que estudos, somente o necessário para as "despesas de conversação", ou seja, para a ostentação, para construir, por meio de sua eloquência vazia uma imagem ilustrada. Ao voltar ao Brasil, manifesta seu interesse em "influir" e "gozar", levando uma vida tão galhofeira quanto sua vida de estudante em Coimbra.

Como demonstram uma série de autores, como próximo passo após a aquisição da carta de bacharel é a carreira política. Brás eleito deputado e nos deixou um discurso de eloquência ímpar acerca de um assunto reles, a redução da barretina dos oficiais da guarda nacional. Ironicamente ele afirma que aquela era uma discussão digna de um homem de Estado. Após ver sua tentativa de se tornar ministro de Estado malograda, resolve abandonar a carreira política, a qual não passou de mais um de seus caprichos.

A análise de *Dom Casmurro* indicou-nos que podemos as características da formação em Direito estão presentes em grande parte na forma, ou seja, na narrativa. O livro pode ser entendido como um processo judicial de acusação, de Dom Casmurro contra sua esposa Capitu, acusada de adultério, ou, no plano político, a justificativa para a derrota

política da projeto de dominação paternalista, na qual os dependentes são o alvo dos ressentimentos de Dom Casmurro, que sempre o tratou de maneira tão "benevolente" e só recebeu "ingratidão".

Deste modo, a narrativa do romance é construída com uma retórica bastante sofisticada e persuasiva, com uma série de jogos de idéias com o fim de cooptar o leitor para seu ponto de vista. Uma estratégia fundamental para convencer os leitores, que também podem ser entendidos como os "jurados", é o mascaramento da obra quanto processo judicial. Segundo este raciocínio, observamos que as menções à formação em Direito precisam necessariamente ser breves, como recurso de convencimento.

Observamos também um elemento - que aparece nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas* - que diz respeito às altas expectativas a respeito do futuro dos estudantes que se destinavam aos cursos de Direito, apontando para a carta de bacharel como uma garantia de glórias, prestígio e felicidade. Do mesmo modo como Brás Cubas, Dom Casmurro não apresenta vocação para estudar leis, ingressando na Academia de São Paulo motivado por outros interesses, articulados com a participação de Capitu e José Dias, com o fim de driblar a promessa de sua mãe, D. Glória, de enviá-lo ao seminário para fazê-lo sacerdote. O narrador escreve que a faculdade de Direito era um "frágil biombo" a ser arredado. O biombo poderia ser entendido como uma espécie de acessório para que ele esteja pronto para assumir as prerrogativas senhoriais de sua classe.

Para encerrar esta dissertação, recorreremos à percepção aguçada e precisa de Roberto Schwarz, que afirma que toda a rica cultura de Bento Santiago - e neste ponto poderíamos acrescentar também a formação cultural de Brás Cubas - não esteve a serviço do progresso e da civilização do Brasil, mas sim "a cobertura social da opressão de classe".<sup>112</sup>

---

<sup>112</sup> SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

## Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Cultrix, 1960.

BASTOS, Aurélio Wander. *O ensino jurídico no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumens Juris Ltda, 1998.

BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. 6ª ed. Tradução Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CALABRESI, Luís Henrique de Freitas e BITTAR, Marisa. *A relação entre prestígio social e formação superior da elite brasileira na transição do século XIX para o século XX em Machado de Assis*. In: XII Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, São Carlos, 2004.

CALDWELL, Helen. *O Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro*. Tradução Fábio Fonseca de Melo. Cotia Ateliê: Editorial, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_, Sidney; NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos da história social da crônica no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2005.

\_\_\_\_\_, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs.) *A História contada: capítulos da história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CONRAD, Robert. *The destruction of Brazilian slavery: 1850 - 1888*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1972.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

COUTINHO, Afrânio. (org) *Machado de Assis: obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1959, vol. I.

CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade temporã: da Colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1980.

EAGLETON, Terry. *Marxism and literary criticism*. London; New York: Routledge, 2002

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. 6ª ed. Porto Alegre: Globo, 1985. v.2.

FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GARCIA, Sílvia Craveiro Gusmão e SILVA, Antonio Manoel dos Santos. *Violência nas primeiras letras: a escola num conto de Machado de Assis*. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. vol. 3, nº 5, 1999

GLEDSON, John. *Machado de Assis - impostura e realismo: uma reinterpretação de Dom Casmurro*. Tradução Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

JAMESON, Fredric. *The political unconscious: narrative as a socially symbolic act*. London; New York: Routledge, 1983.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *Literatura e direito: uma outra leitura do mundo das leis*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1998.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na história: lições introdutórias*. São Paulo: Max Limonad, 2000.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

\_\_\_\_\_, Joaquim. *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.

NISKIER, Arnaldo. *O olhar pedagógico em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1999.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação do Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SCHÜLER, Donaldo. *Teoria do romance*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

\_\_\_\_\_, Roberto. *Dois meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. *A educação da sociedade brasileira: um exame das concepções e das práticas educacionais na produção literária nacional (1840 - 1920)*. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Educação - UNICAMP, Campinas, 2002.

**Referências on-line:**

<http://www.fundaj.gov.br/docs/nabuco/jn.html>. Acesso em 02 de maio de 2008.

<http://www.machadodeassis.org.br>. Acesso em 20 de março de 2008.